

27 de Fevereiro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 48 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Ministro
Archer
Mangureira

ESTATÍSTICAS OFICIAIS CONTESTADAS

FMI critica Finanças, mas elogia BNA e INE

O último relatório do Fundo Monetário Internacional, relativo às consultas de Novembro, deixa fortes críticas ao Ministério das Finanças em matéria de publicação de estatísticas. Além de classificar os dados das Finanças como “desfasados”, considera que “inspiram preocupação”, carecendo de “melhorias significativas”. Em sentido contrário, o Banco Nacional de Angola e o Instituto Nacional de Estatística são elogiados. Pág. 17



Ricardo
Velloso,
FMI

PROMOTORES DEFENDEM INCENTIVOS FISCAIS

Uma universidade custa mais de 50 milhões USD

INVESTIMENTO: Com o arranque das aulas no ensino superior marcado para 1 de Março, o VALOR explora o mundo universitário, entrando nos meandros do negócio. E, ao contrário da ideia vulgarizada que olha para as universidades como máquinas de fazer dinheiro, os promotores alertam que, além de os custos operacionais serem proibitivos, as margens do negócio estão abaixo dos 10%, colocando várias universidades em situação de incumprimento com a banca. Págs. 4 a 9



HOTÉIS

Diárias derrapam 27%

Um estudo da imobiliária Proprime indica que os preços das diárias nos hotéis do país recuaram 27%, em média, em 2016, face aos dois anos anteriores. O segmento dos hotéis de quatro estrelas, segundo a empresa angolana, foi o mais penalizado, com os preços a quedarem dos 430 para os 300 dólares. Pág. 13



A PARTIR DO PRÓXIMO ANO

Corte às subvenções atinge transportes

Fontes dos Ministérios da Economia e das Finanças antecipam que, a partir do próximo ano, os cortes nos subsídios governamentais vão atingir os transportes públicos, hoje subvencionados em mais de 66%. Com a medida, os preço da corrida fixado em 90 kwanzas poderá atingir os 200 kwanzas. Pág. 10

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 176,3 Kz (-0,6) ▼ LIBRA 207,5 Kz (-0,6) ▼ YUAN 24,2 Kz (+0) ▲ RAND 12,7 Kz (+0,1)



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



O CASO

João Lourenço, o mais provável Presidente da República a sair das eleições de Agosto, criticou a corrupção no grande comício de lançamento da pré-campanha do MPLA, que decorreu na Huíla. A generalidade dos observadores aplaudiu o discurso do general, mas também houve críticas. Houve quem entendesse que o candidato do MPLA não explicou como se propõe combater a corrupção, o que é verdade. Acontece que essa crítica é facilmente rebatível pela equipa do candidato do partido no poder, pelo menos por agora.

João Lourenço mal começou a apresentar-se em público. Até terminar a campanha eleitoral, terá muito que falar, pelo que, em termos de estratégia de comunicação, é obrigado a dosear o discurso. Por esta perspectiva, é aceitável que Lourenço não tenha jogado todas as cartas na primeira aparição pública de pré-campanha. A forma como se explicou para juntar o tema da corrupção no discurso foi, de resto, notável. Para Lourenço era importante que o MPLA se antecipasse às críticas da Oposição, mergulhando nas águas movediças da prática que mais lesou até hoje os recursos do Estado. A estratégia é clara: jogar pela antecipação, dificul-

tando em certa medida o espaço de ataque do adversário.

Mas, como já referido, esse 'raciocínio estratégico' do MPLA tem os dias contados. Só poderá vigorar até ao momento em que todos forem obrigados a mostrar todos os trunfos de campanha. E, quando chegar essa altura, ficará mais claro até que ponto o primeiro grande compromisso assumido por João Lourenço será para levar a sério, porque aí o candidato do partido governante será obrigado a explicar, sobretudo, o como fazer. Será forçado a dizer que leis pretenderá aprovar. Que instituições serão necessariamente criadas ou reforçadas. E, sobretudo, como deverá gerir o 'pesadelo' de uma cúpula de poder, com várias das suas figuras relevantes recorrentemente associadas às práticas de corrupção, dentro e fora de portas.



Enquanto escrevíamos estas linhas, aliás, o Governo angolano reagiu às notícias sobre a acusação de corrupção contra o vice-presidente da República, em Portugal. Mais do que contestar a veracidade da acusação contra Manuel Vicente, o Governo mostrou-se insultado particularmente por ter tomado conhecimento do caso através dos jornais. E o protesto que saiu de Luanda direccionado a Lisboa elevou a ameaça ao ponto de as relações entre os dois países serem colocadas em xeque. Não estando em causa a presunção de inocência de que goza o engenheiro Manuel Vicente, o facto é que o país, mais uma vez, é atingido da forma mais humilhante. O país assiste, outra vez, às suas instituições estruturais a serem ridicularizadas em hasta pública, com o Procurador-Geral da República também citado numa encruzilhada de interesses que envergonham a justiça. Combater a corrupção em Angola, em termos líquidos, vai ter de significar mudar tudo isso. Vai implicar que, quando se tornar público o encaminhamento de processos à PGR de suspeitas de corrupção ou de branqueamento de capitais, confirmem-se ou não, deverá haver respostas. Porque, em boa verdade, desde sempre que muita gente anda à espera do primeiro caso de condenação por corrupção, em Angola, por investigação da PGR.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo:

António Nogueira

Editor gráfico:

Pedro de Oliveira

Redacção:

António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui,

Martins Chambassuco, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia:

Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Secretária de redacção:

Rosa Ngola

Paginação:

Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores:

Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores:

Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica:

Notiforma SA

Propriedade e Distribuição:

GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem:

4.000 N.º de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração:

Mariquinha Rego

Departamento Administrativo:

Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial:

Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N.º de Contribuinte: 5401180721;

N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Hélder David

PCA da Textang II

Considera estratégico investir em três unidades têxteis modernas, sem produção interna de algodão?

O investimento foi pensado na perspectiva da criação de uma cadeia de valores, produção de algodão, indústria têxtil e de confecção. As indústrias existem, agora esperamos que surjam os produtores de algodão. É assim em qualquer parte do mundo.

Mas a produção de algodão leva o seu tempo. Como pensam alimentar as indústrias?

Vamos exportar. É verdade que, devido à escassez de divisas, podemos encontrar dificuldades, mas posso afirmar que, até ao momento, as três unidades situadas em Benguela, Luanda e Kwanza-Norte estão a produzir sem sobressaltos. Não no limite das capacidades instaladas, mas nas fases como foram definidas até chegar aos 100%.

Todas produzem o mesmo produto? Ou seja, são concorrentes? Concorrentes apenas no tecido, de resto, cada uma das três unidades tem uma cadeia produtiva diferenciada.

21 TERÇA-FEIRA

A empresa petrolífera angolana ACREP, participada pela antiga Sociedade Portuguesa de Negócios (SLN), iniciou, nos últimos dias, a exploração de petróleo nas áreas de Gava e Sikarosompo, na região do Kavango, na Namíbia, informou o governo regional de Kavango West.

22 QUARTA-FEIRA

O embaixador de Itália em Angola, Cláudio Miscia, identificou as dificuldades na obtenção de vistos e a falta de um voo directo entre Angola e Itália como entraves à promoção do investimento em território angolano. O diplomata participou num encontro, em Luanda, entre uma delegação italiana e empresários angolanos.

23 QUINTA-FEIRA

Os pagamentos atrasados do Governo às empresas ascendem a 599 mil milhões de kwanzas, desde 2014, e serão liquidados, em parte, com a entrega directa aos credores de dívida pública. A informação foi publicada pelo Ministério das Finanças.



SEGUNDA-FEIRA

Os investidores estrangeiros vão poder aceder ao mercado de capitais a partir de Março, conforme legislação aprovada pelo BNA. O aviso é dirigido aos investimentos no mercado de valores mobiliários por entidades não-residentes cambiais, pessoas singulares ou colectivas.

O Banco de Desenvolvimento de Angola vai passar a conduzir o processo de mobilização de recursos financeiros externos para financiar importações de projectos de investimento considerados prioritários para o país, indica um despacho presidencial.



O presidente da Companhia de Seguro de Créditos, Miguéis Gomes, reforçou, em entrevista à imprensa portuguesa, que Portugal está a negociar com Angola o aumento da linha de crédito para 1.500 milhões de euros.



O ministro dos Transportes, Augusto Tomás, anunciou a criação, em todo o país, de 44 plataformas logísticas de 1.º, 2.º e 3.º níveis nas tipologias urbanas, regionais, portuárias, transfronteiriças e centros de carga aérea nos principais aeroportos.



COTAÇÕES



FECHO DE SEMANA NO VERMELHO

Os principais mercados bolsistas fecharam a semana numa tônica negativa. Enquanto nos EUA as bolsas ressentiram-se de mais uma semana sem detalhes do plano económico a que Trump chamou "fenomenal" e com as palavras do secretário do tesouro, Steven Mnuchin: "qualquer medida terá um impacto limitado este ano", na Europa, as quedas deveram-se às perdas nas petrolíferas e na banca com o mal parado da Itália a voltar a preocupar os investidores.



PETRÓLEO EM QUEDA APESAR DE CORTES OPEP

O PSI20 fechou no vermelho e acompanhando a tendência europeia, contraiu 0,32%. Os títulos mais penalizados foram o Millenium BCP com -1,87%, e a Jerónimo Martins -1,47%. O petróleo fechou a semana a perder 0,94% nos 56 dólares por barril, e a baixa deveu-se ao aumento de perfuradores de petróleo de xisto nos EUA para 602, um máximo desde Outubro de 2015, sendo que, no período homólogo, se contavam 400 plataformas de exploração de xisto activas.

Observatório

“ISENÇÕES FISCAIS PODEM BAIXAR” PREÇOS DAS PROPINAS NAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

Universidades privadas defendem apoio do Estado



Mário Mujetes © AE

FORMAÇÃO. Com arranque das aulas no ensino superior marcado para 1 de Março, o VALOR levanta um tema, habitualmente, fora das discussões sobre a qualidade do ensino: a dimensão do negócio. Gestores ligados ao sector avançam que construir uma universidade pode custar mais de 50 milhões de dólares. Quanto aos lucros, a média dos últimos cinco anos ficou-se abaixo dos 10%.

Por António Miguel

Instituições privadas do ensino superior, em Angola, são ‘famosas’, fundamentalmente, pelos preços de emolumentos e propinas mensais que cobram (consideradas exorbitantes) do que pela qualidade de serviço que prestam.

Mas o que publicamente não se debate são as motivações que estão na origem da elaboração das ‘contestadas’ tabelas de preços. Aliás, o objecto social das universidades (formação de quadros), geralmente, acaba por omitir o lado empresarial destes empreendimentos.

No entanto, investidores e reitores ‘lembram’ que abrir uma universidade também é fazer negócio, embora ressalvem que se trate de um ‘business estratégico’ para o desen-

volvimento de qualquer Estado, desmistificando a ideia de que esse empreendimento é de ‘alta’ rentabilidade, cifrando-se o lucro anual abaixo de 10%. Aliás, defendem isenções fiscais com o intuito de reduzir o custo da formação superior no sector privado.

Nos últimos dez anos, o empresário privado vem erguendo ‘grandes infra-estruturas’ com ‘olhos postos’ na formação superior. Os edifícios que albergam as

39

Mil kwanzas, valor máximo em que as instituições universitárias podem fixar as propinas.

universidades Católica de Angola, Independente, Lusíada, Gregório Semedo, Óscar Ribas, Metodista de Angola e IMETRO, por exemplo, ilustram bem o ‘pesado’ investimento dos promotores deste sub sistema de ensino. As construções destes ‘prédios universitários’ são, geralmente, conseguidas com recurso a créditos bancários, chegando cada projecto a ultrapassar os 50 milhões de dólares. “Hoje, praticamente não consegue-se ter

Escassez de mestres e de doutores ‘abre portas’ a licenciados

O corpo docente de uma instituição de ensino superior em Angola deve ser composto, no mínimo, de 15% de professores com o grau de doutor e 25% com o grau de mestre, de acordo com o estabelecido governamentalmente.

Segundo dados do Ministério do Ensino Superior, pelo menos 70% do

corpo docente deve pertencer somente a uma instituição universitária. O resto de vagas, neste caso 30%, devem ser preenchido com 10% de doutores colaboradores, 10% de mestres e 10% com licenciados.

Regras e práticas universais obrigam a que os professores universitários

devam ser pós-graduados (mestrado e doutoramento), mas, em Angola, segundo o ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento, admite-se até 50% de professores ainda licenciados, tendo em conta a escassez de mestres e de doutores.

Mas, Adão do Nascimento avisa

30

MIL É O NÚMERO de bolsеiros angolanos registados em 2015. Mais de 24 mil são estudantes internos, estando os restantes a estudar no exterior do país.

uma universidade qualificada com menos desse valor”, comparou, em anonimato, um promotor.

“Nós fomos felizes, porque tivemos uma parceria com o banco BIC, que financiou, em mais de 40 milhões de dólares, uma infra-estrutura que está visível à comunidade”, regozija-se o reitor da Universidade Óscar Ribas, Eurico Wongo, acrescentando que “o edifício já está equipado e, por causa da variação cambial, os prazos para a devolução (cinco anos) terão de se alargar”.

Questionado se o banco deu tratamento diferenciado por se tratar de investimento no ensino, respondeu que “a diferenciação é um elemento a ser ganho pelas instituições, não é que, de antemão, os bancos criem vantagens para uma instituição em detrimento de outra”.

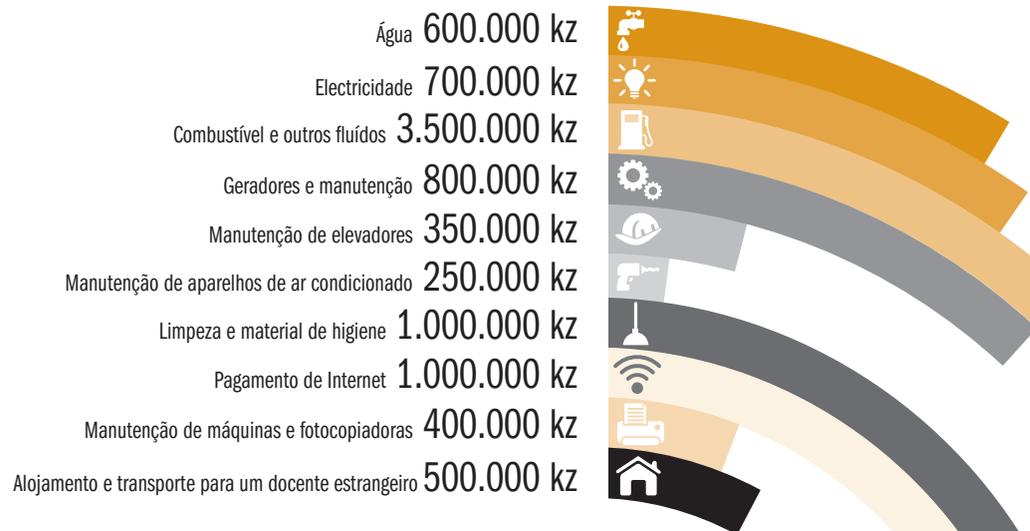
Já com as verbas e depois de construídas e apetrechadas as universidades, as contas dos promotores viram-se para os valores e prazos de reembolso dos créditos. Há casos em que se mostram com dificuldades de cumprir os termos contratuais. Aliás, de acordo com fontes bancárias, no crédito mal-parado, que a banca vem reclamando, estão também envolvidos financiamentos para a construção de infra-estruturas privadas de ensino superior.

Há investidores, que construíram as ‘escolas’, começando a leccionar sem estarem devidamente autorizadas pelo Ministério do Ensino Superior, pelo que foram obrigados a encerrar os estabelecimentos. O Instituto Superior São Francisco de Assis, localizado na via-expressa, em Luanda, é um exemplo de promotores que não tiveram retorno do investimento, pelo menos através de mensalidades dos estudantes. A instituição foi encerrada por ordem governamental, ‘mal’ começou a funcionar.

DESPESAS OPERACIONAIS

As reitorias das instituições evitaram apontar os números reais dos custos operacionais, mas alistaram

Estimativa de alguns custos operacionais de uma universidade por trimestre



7.801.300

Estimativa do valor global dos custos operacionais de uma universidade, de acordo com pesquisa feita junto de algumas instituições do ensino superior.

os ‘itens’ em causa, que vão desde a manutenção de equipamentos aos salários de funcionários. A Universidade Gregório Semedo (UGS), situado no Morro Bento, em Luanda, por exemplo, tem de custear diariamente a manutenção de cerca de 50 salas de aulas, um anfiteatro,

um auditório, uma sala de audiência, gabinetes, uma biblioteca, oito laboratórios informáticos e um parque de estacionamento de viaturas.

A administração da UGS tem ainda de desembolsar valores para o combustível e assistência técnica de três grupos geradores, um sistema de captação de água e cinco centrais de ar condicionado.

Alojamento para docentes, principalmente estrangeiros, uma rede informática de fibra óptica, que suporta 400 computadores, um sistema de comunicação interna, uma reprografia e contrato com empresas de limpeza, jardinagem, logística e protecção física estão também na folha dos custos operacionais daquele complexo universitário, sem esquecer o pagamento de salários de mais de 600 funcionários.

A promotora da UGS é a Intellectus, que tem de suportar os mesmos custos fora de Luanda, tendo em conta que também ‘promove’ o ensino universitário na Huila e no Namibe. As despesas de funcionalidade assumidas por este promotor é, basicamente, igual a de outros, embora as instituições de ensino superior sejam diferentes em termos de dimensão.

Por exemplo, a Universidade Óscar Ribas (UOR), localizada em Talatona, em Luanda, tem, pelo menos, 25 professores estrangeiros. Para cada um, só em residência, assistência médica e transporte, a UOR desembolsa cerca de 500 mil kwanzas (quase três mil dólares) por mês. No geral, o valor sobe para cerca de 75 mil dólares apenas para os três itens mencionados. Globalmente, a universidade tem 121 funcionários entre docentes e não-docentes (pelos menos, cem são professores). Estes

CONTINUA NA PÁG.6

que esta ‘quota de professores licenciados’ “tem de ser dinâmica”. Ou seja, as instituições são obrigadas a aumentar o número de professores com o grau académico elevado. Para o governante, cada instituição de ensino superior tinha de ter especialistas em estatística da educação,

elaboração de programas de ensino e estruturação das disciplinas para que houvesse “justiça na avaliação”, evitando-se assim determinados “erros” que se vêm registando neste subsistema de ensino.

Um dos problemas com que as universidades se têm debatido tem

que ver com a legalidade dos cursos. Recentemente, o Ministério do Ensino Superior (MES) publicou uma lista em que constavam várias instituições com cursos ilegais. De acordo com o Ministério do Ensino Superior, cerca de 10% dos cursos em algumas instituições universitárias estão em situa-

ção irregular, e, apesar de estarem em tratamento, correm o risco de extinção. Há, no entanto, perto de 20% de cursos em fase de conclusão de regularização.

Para que um curso seja autorizado, “é necessário que o MES constate que, em termos de projecto de

formação, todas as condições foram reunidas, como, por exemplo, a fase documental, referente ao projecto arquitectónico do edifício, se existem os professores, os laboratórios, as salas especializadas, as bibliotecas com o acervo bibliográfico apropriado e outros equipamentos necessários”.

Observatório

CONTINUAÇÃO DA PÁG.5

cálculos são os que, seguramente, estudantes não querem fazer, mas, reflecte-se no seu bolso.

RETORNO DO INVESTIMENTO

A cobrança de emolumentos e propinas mensais é a única fonte de receitas das instituições privadas de ensino superior e, por conseguinte, a garantia de reembolso do financiamento cedidos pelos bancos. Por exemplo, das mensalidades pagas pelos cerca de três mil estudantes da UOR, uma parte é encaminhada

MEMORIZE

● **Investidores** e reitores ‘lembram’ que abrir uma universidade também é fazer negócio, embora ressalvem que se trate de um ‘business estratégico’ para o desenvolvimento de qualquer Estado. Aliás, defendem isenções fiscais com o intuito de reduzir o custo da formação superior no sector privado.

para a devolução (com juros) dos 40 milhões de dólares que o promotor desta universidade pediu de crédito bancário, para a construção de uma nova infra-estrutura.

Os preços das mensalidades vão de 27 mil a 40 mil kwanzas. Cursos de engenharias e medicina são os mais caros. Na Universidade Lusíada, para todos cursos passou-se a cobrar um preço único de 39 mil kwanzas. Os investidores têm prazos a cumprir no processo de devolução do dinheiro emprestado pelos bancos, pelo que são penalizados em casos de incumprimento,

segundo os entrevistados.

As universidades também penalizam os estudantes quando não pagam as mensalidades nos ‘timings’ acordados. Fontes bancárias avançaram que várias universidades, além do crédito de investimentos, recorrem também ao crédito bancário para o pagamento de salários, tendo em conta que cerca de 30% dos estudantes não pagam as propinas dentro dos prazos contratuais.

Ainda de acordo com as fontes bancárias, este facto, ‘empurra’ as instituições privadas do ensino superior no grupo de potenciais clientes

dos bancos. A UGS, segundo dados da sua reitoria, desde 2014, cerca de oito mil candidatos a estudantes inscrevem-se nas suas instalações em Luanda, Huila e Namibe.

Deste número, um pouco mais de um terço dos estudantes deixa de pagar propinas e abandona a instituição antes do final do primeiro semestre. Mas a administração é ‘obrigada’ a manter, ao longo de todo o ano, os custos operacionais que são assumidos para a prestação dos serviços educativos contratados a todos os estudantes inscritos no início do ano. Este comportamento também se regista em outras universidades. Em países mais desenvolvidos, as instituições do ensino universitário, além da formação, desenvolvem várias investigações científicas, em parceria com empresas, diversificando, deste modo, as fontes de receitas.

De acordo com a vice-reitora para os assuntos académicos da Universidade Católica de Angola (UCAN), Maria Helena Miguel, o ensino superior angolano também deverá caminhar para este modelo. “Existe um certo receio de empresas em contratarem as universidades locais. Mas já existem, no país, universidades que podem dar respostas às necessidades das empresas sem o luxo de contratar no estrangeiro. A UCAN tem feito isto”, apontou.

Já o reitor da OUR, Eurico Wongo, reforça, avançando que “tem havido algum contacto com o Governo, no sentido de identificar soluções para determinados problemas. “É lógico que temos de ampliar os espaços de consulta. Por exemplo, temos um projecto com o Angola LNG, de formação de pessoal.

Isto mostra que as universidades já começam a ser vistas como produtoras de conhecimento”, sublinha o professor doutor, acrescentado que têm a missão de sensibilizar as empresas que as universidades são, de facto, o centro da promoção dos conhecimentos que dinamizam as empresas.



15%

do corpo docente de uma universidade deve ser composto por doutores, segundo o Ministério do Ensino Superior.

50

milhões de dólares. O investimento no ensino superior chega a atingir este valor.

1

de Março, dia da abertura oficial do ano académico/2017 no ensino superior.

Mais de 30 mil milhões kz para bolsas de estudo

O Orçamento Geral do Estado (OGE/2017) prevê, pelo menos, 31,07 mil milhões de kwanzas (cerca de 190 milhões de dólares) para o pagamento de bolsas de estudos internas e externas. Este valor está alocado ao Ministério do Ensino do Ensino Superior, representa 40,43% do

orçamento do Ministério (76,8 mil milhões de kwanzas).

O número de beneficiários, no entanto, não é conhecido, tendo em conta que as candidaturas de acesso ainda não começaram. Mas, em termos de critérios, entre outros, consta que os candidatos a bolseiros devem

ter comportamento exemplar, aproveitamento académico de referência nas classes anteriores e prova de baixo rendimento financeiro.

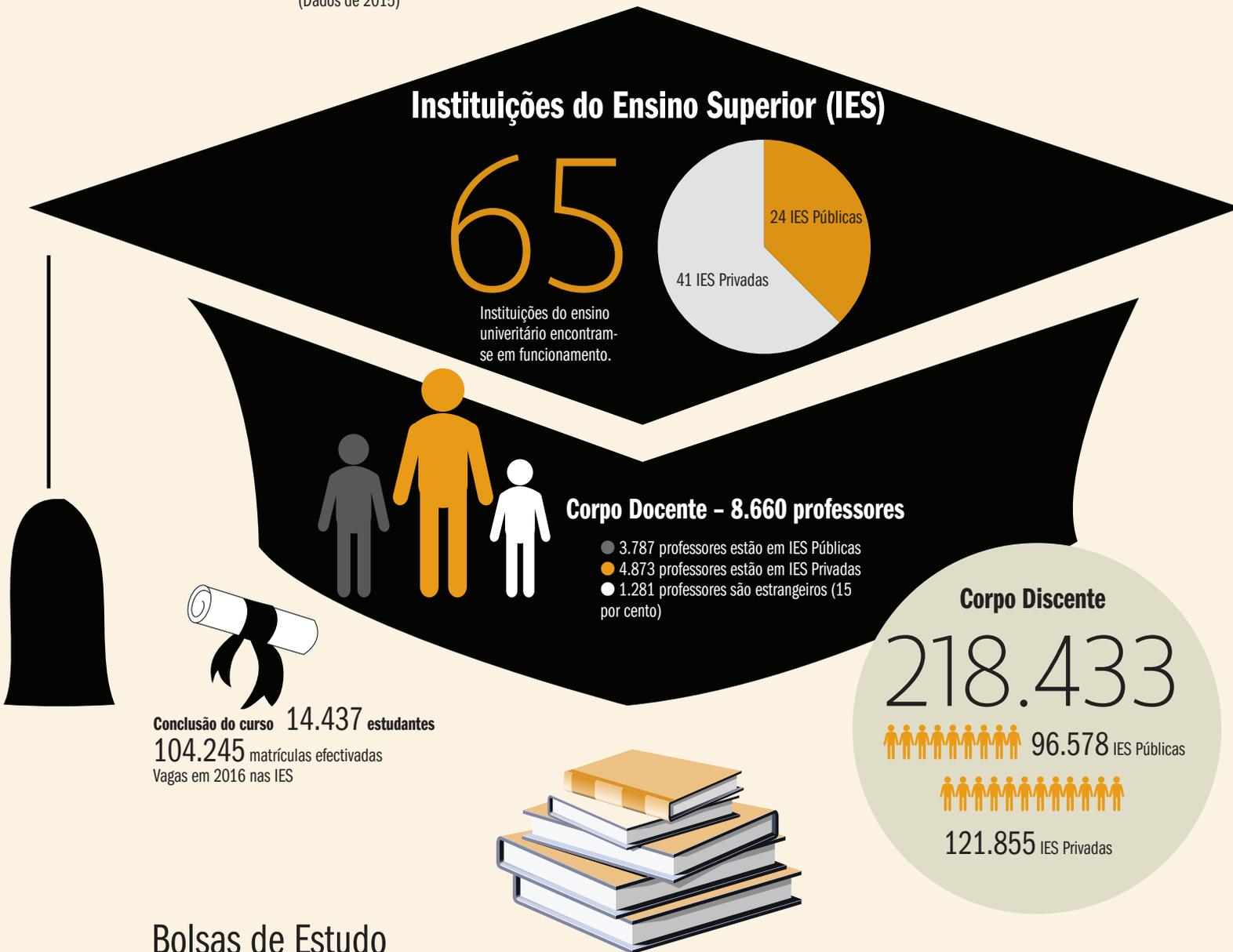
Até 2015, segundo dados do Ministério do Ensino Superior, Angola tinha 30.211 bolseiros, sendo 24.613 internos e os restantes 5.598

20%

DE ESTUDANTES inscritos desistem ao meio do ano lectivo. Incapacidade de suportar custos com propinas justifica desistência.

Números do Ensino Superior em Angola

(Dados de 2015)



Bolsas de Estudo

INTERNAS - 24.613 bolseiros (57 por cento homens e 43 por cento mulheres)



29% frequentam cursos ligados às engenharias, ciências e tecnologias

18,7% frequentam cursos ligados às ciências médicas, de saúde e tecnologias de saúde

29% frequentam cursos ligados às ciências humanas, artes e letras

23% frequentam cursos ligados às ciências da educação

EXTERNAS - 5.598 bolseiros (62 por cento homens e 37,9 por cento mulheres)



52% frequentam cursos ligados às engenharias, ciências e tecnologias

32% frequentam cursos ligados às ciências médicas, de saúde e tecnologias de saúde

10% frequentam cursos ligados às ciências humanas, artes e letras

5% frequentam cursos ligados às ciências da educação

REDUÇÃO DE IMPOSTOS

Por se tratar de formação de quadros, condição 'sine qua non' para o desenvolvimento do país, vários promotores entendem que o Estado não deva tratar as universidades privadas como quaisquer empresas comerciais.

Deste modo, defendem benefícios fiscais, nomeadamente isenção de pagamento de taxas alfandegárias na importação de bens, como equipamentos técnicos e bibliográficos, e redução do imposto industrial, que está taxada em 30%.

Desta forma, entendem os interlocutores, as universidades teriam menos 'apertos financeiros', facilitando maior investimento na produção académica-científica, podendo também baixar os preços das propinas. "Teríamos instituições de ensino superior a progredirem com sustentabilidade para níveis superiores de competitividade interna e internacional".

"Os cidadãos teriam um ensino de qualidade que lhes permitiria ter sucesso pessoal e profissional e o Estado, através do emprego dos licenciados e os correspondentes impostos que pagariam, teria o retorno dos valores não recebidos devido aos incentivos fiscais concedidos", explica o presidente da Associação das Instituições de Ensino Superior Privadas de Angola (AIESPA), José Semedo.

Os entrevistados sublinharam ainda que o Estado deveria criar um fundo para promover e apoiar investigações científicas, tanto realizadas pelas universidades públicas, como pelas privadas.

"Considero indispensável. Dada a dimensão do próprio subsistema e do reconhecimento que existe sobre os custos para a produção científica, devia haver verbas para o acesso directo.

Esperamos também que o próprio satélite, que Angola está a projectar, traga melhorias para a produção científica", desejou o reitor da Universidade Óscar Ribas.

Fonte: Ministério do Ensino Superior

externos. A gestão das verbas previstas para a formação de quadros é da responsabilidade do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE). As bolsas são atribuídas dentro e fora do país. Angola tem convénios com mais de 20 países com destaque para Cuba,

Argélia, África do Sul, Brasil, Espanha, Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Portugal, Polónia, Rússia, Roménia, República Checa e Tunísia em matéria de formação de quadros.

Adicionalmente, há países que periodicamente disponibilizam

bolsas de estudos para estudantes angolanos. Em 2016, por exemplo, a Rússia, através da sua embaixada em Luanda, atribuiu 132 bolsas, duas directamente no primeiro ano de curso de graduação, 12 para mestrados e o restante para a faculdade preparatória antes do curso proprie-

mente dito, na qual os estudantes aprendem o idioma russo.

A Embaixada dos Estados Unidos da América (EUA), em Luanda, também anunciou a abertura de candidatura para bolsas de estudo 'J. William Fulbright' de mestrado, referente a 2018/2019. As candidatu-

ras, que vão até 14 de Abril, habilitam os seleccionados à bolsa 'Fulbright', para a frequência em regime presencial e a tempo integral de cursos de mestrado em universidades nos EUA. Os candidatos, que devem ser apenas angolanos, além do diploma de licenciatura, devem falar inglês.

Observatório



AUMENTO DE PROPINAS NAS PRIVADAS

Licenciatura custa mais de 1,56 milhões de kwanzas

Instituições privadas do ensino superior podem subir os preços das propinas até 39 mil kwanzas, segundo uma autorização do Ministério do Ensino Superior. No entanto, há instituições que se encontram, desde o ano académico passado, a cobrar mais de 40 mil kwanzas.

Cálculos feitos, com base nos 39 mil kwanzas autorizados pelo Governo, a licenciatura numa universidade privada pode custar, pelo menos, 1.560.000 kwanzas, (só de propinas para cursos de quatro anos). A fasquia sobe quando se adicionam outros custos, como material didáctico, transporte e emolumentos (inscrição, confirmação de matrículas, exames de recursos), sem esquecer o valor da beca. A universidade Lusíada, por exemplo, já cobra 39 mil kwanzas para todos os cursos.

O 'dossier propinas' é o assunto que mais provoca 'dores-de-cabeça' aos estudantes que se queixam dos valores "exorbitantes". Em Dezembro do ano passado, por exemplo, estudantes da Universidade Católica de Angola (UCAN) chegaram a realizar uma manifestação precisamente contra a decisão da reitoria, que determinou a subida das mensalidades de 35 para 37 mil kwanzas. Mas a pressão dos estudantes não fez recuar a instituição.

Agora, com a autorização do Ministério do Ensino Superior, muitas instituições universitárias já se encontram a alterar as tabelas de preços de propinas, alegadamente

para conformá-las à actual situação cambial. O limite de 39 mil kwanzas estabelecido pelo Ministério distancia ainda mais o valor das propinas no ensino superior, face ao salário mínimo nacional, que ronda os 20 mil kwanzas. No entanto, este aumento do custo da formação superior reflecte-se também nos níveis de procura destas instituições. Uma fonte da Universidade Independente de Angola (UNIA), que preferiu não identificar, avançou que o número de inscrições de candidatos vem reduzindo consideravelmente nos últimos quatro anos. "E a UNIA não aumenta constantemente os preços das propinas. Mas, mesmo assim, as pessoas têm dificuldades de pagar", sublinhou a fonte.

SEMANA DO ARRANQUE

Esta semana, arranca o ano académico/2017 nas instituições do ensino superior. 1 de Março é o dia oficial de abertura, segundo a calendário académico do Ministério do Ensino Superior. O calendário poderá ser alterado, tendo em conta as eleições de 2017, previstas para Agosto, mas ainda sem dia marcado.

No último dia 25 de Fevereiro, foram publicados os resultados dos exames de acesso e da época especial. Entre 17 e 29 de Abril, estas instituições deverão realizar a primeira outorga de diplomas dos finalistas, sendo, de 14 a 28 de Agosto, o período marcado para a segunda entrega de diplomas, sem interrupções de aulas.

António Miguel

JOSÉ SEMEDO, PRESIDENTE DA AIESPA

Lucros das instituições de ensino superior abaixo de 10%

ENTREVISTA. Pelo menos, 30% dos estudantes das instituições privadas do ensino superior não pagam propinas, dentro dos prazos estabelecidos contratualmente, enquanto 15 a 20% dos inscritos desistem ao meio do ano. O presidente da Associação das Instituições do Ensino Superior Privadas (AIESPA), José Semedo, explicou que o lucro neste negócio é imprevisível, defendendo benefícios fiscais, no intuito de reduzir o custo da formação universitária, no sector privado.

Por António Miguel

É

lucrativo investir em instituições de ensino superior?

A lucratividade do investimento numa instituição de ensino superior é imprevisível e depende de toda uma série de situações que não dependem somente da capacidade de gestão dos seus promotores ou gestores.

O modo como, legalmente, o investimento deve ser feito é completamente diferente dos demais projectos de investimento privado. Nos demais investimentos pri-



Mário Mijetes © AE

como admissão de algum pessoal e outras diligências com vista à criação das condições mínimas, como o alvará) pode iniciar, imediatamente, a sua actividade e obter a rentabilização do seu negócio, postergando os investimentos, à medida do seu sucesso.

Como acontece no ensino?

Na educação e ensino, em particular no ensino superior, não é assim. É completamente diferente. Tudo o que se considera necessário deve estar primeiramente disponível. Instalações adequadas, com equipamentos técnicos e sociais, como salas de aulas, salas de professores, salas de reuniões, laboratórios, bibliotecas com a bibliografia recomendada, auditórios, anfiteatros, corpo docente, corpo não docente (tra-

vados, o investidor, via de regra, após a criação formal da empresa (escritura pública, publicação no Diário da República, registos nas Conservatórias, aquisição de alguns equipamentos e meios, bem

“A lucratividade do investimento numa instituição de ensino superior é imprevisível e depende de toda uma série de situações que não dependem somente dos promotores ou gestores”.



Mário Marques © A.E.

balhadores administrativos), de acordo com os programas dos cursos e a actividade administrativa de apoio, e toda uma série de outros elementos, os quais seria maçador descrever aqui de modo exaustivo. Tudo isso são pré-requisitos para que o projecto seja submetido à apreciação do órgão governamental de tutela que poderá aprovar ou não. Isto pressupõe, para além do mais, capacidade financeira própria dos promotores ou capacidade de recurso aos bancos para manter toda a máquina, entretanto, criada, até à obtenção eventual da aprovação final superior, à inscrição dos estudantes e ao início de actividade.

As propinas cobrem estes custos? Neste capítulo da capacidade financeira e de gestão, valerá a pena referir que, independentemente do número de estudantes, 15 a 20% dos estudantes inscritos abandonam, normalmente, a instituição no decurso do ano e, dentre os que ficam, acima de 30% não pagam pontualmente a propina a que se obrigaram, contratualmente. Importa, finalmente, referir que, de acordo com o Estudo Económico e Financeiro da KPMG, elaborado em 2013, creio, a esma-

gadora maioria das instituições de ensino superior privadas tem uma margem de lucro inferior a 10% ao ano, sendo que, há muitos anos, se encontram numa tendência de rentabilidade negativa.

Defende benefícios fiscais para universidades privadas?

O ensino, em geral, e o universitário, em particular, são, indiscutivelmente, estratégicos para o processo de reconstrução e desenvolvimento nacional, no domínio da formação do capital humano de que o país necessita para a construção da sua viabilidade interna e a sua competitividade internacional. Logo, afirmo, categoricamente, que sim. O que se pretende, não é ‘dar dinheiro’ às instituições privadas ou aumentar a sua rentabilidade, enriquecendo os seus promotores.

Então, como seria?

Com os incentivos fiscais, como a redução dos impostos e das taxas aduaneiras na importação de bens, equipamentos e bibliográficos, fundamentalmente, as instituições teriam maior capacidade financeira para atender às imensas e complexas exigências em termos de investimento para a melhoria da qualidade e competitividade

“Com os incentivos fiscais, as instituições teriam maior capacidade financeira para atender às complexas exigências de investimento para a melhoria da qualidade e competitividade do ensino.”

Deveria pensar-se que esses incentivos fiscais não representam um custo, mas um investimento do Estado com evidentes vantagens para o país.

do ensino que ministram, designadamente, remuneração mais adequada aos seus corpos docente e não docente, aliada à implementação de projectos no domínio da sua superação técnica, científica e pedagógica, aquisição e apetrechamento progressivo e permanente dos laboratórios, das bibliotecas e de outros meios de ensino, de acordo com o seu projecto pedagógico. Neste particular, deveria pensar-se que esses incentivos fiscais não representam um custo, mas um investimento do Estado com evidentes vantagens para os cidadãos, para as famílias e para o próprio país.

Que impacto os benefícios fiscais teriam nas propinas?

As instituições sentir-se-iam menos pressionadas na sua gestão e sobre os seus recursos financeiros. Mas, a redução do valor das propinas, de uma forma geral, do custo da formação superior, pode ser obtida de outras formas. Por exemplo, mediante o financiamento bancário ao estudante com taxas bonificadas a longo prazo, com base num acordo quadripartido entre o Estado, banco, estudante e a instituições de ensino superior (IES), em que o banco

pagaria os valores anualmente às IES e o estudante comprometer-se-ia, por um lado, a aceitar, após a sua formação, a sua colocação onde o Governo entendesse e, por outro lado, a amortizar o financiamento a partir do seu salário durante o prazo acordado inicialmente, sendo que esse prazo seria, quanto mais inóspito o local de trabalho, mais longo e, o valor da amortização, quanto mais inóspito o local de trabalho, mais baixo seria. Neste caso, por exemplo, o Estado até poderia financiar um fundo perdido, pois, só teria a ganhar em termos de cobertura do país com os quadros necessários.

Os centros de investigação científica das universidades estão preparados para prestarem serviços remunerados a organismos do Estado ou a empresas?

Esta questão não tem que ver com meios humanos, materiais e financeiros disponíveis. Se um ministério ou uma empresa quiser que efectuem investigação aplicada, seja em que área for, e havendo contrato para o efeito, competir-nos-á mobilizar, nacional e internacionalmente, como todos fazem por todo o mundo, as competências necessárias para esse estudo.

Nem as petrolíferas vos solicitam?

As grandes empresas petrolíferas não têm cientistas residentes em Angola para trabalhos ocasionais de investigação. Contratam-nos quando é preciso.

É por isso que, por vezes, questionamos sobre a legitimidade (a própria seriedade) e a eficácia das exigências que fazem às IES privadas no sentido de fazerem investigação científica aplicada, quando, para tudo, o Estado e as empresas recorrem à colaboração de empresas e instituições estrangeiras.

As IES públicas poderão, eventualmente, fazê-lo, pois, o Orçamento Geral do Estado suporta os vencimentos de professores, assistentes e monitores. Para competirem, às IES privadas restar-lhes-iam, por exemplo, cortar na qualidade da docência das licenciaturas ministradas e colocar monitores, que são estudantes dos últimos anos, a dar aulas, o que não parece ser a melhor solução, a fim de libertar os doutores e mestres para que façam investigação que ninguém compra ou utiliza.

Economia/Política

PROGRAMA DE OPTIMIZAÇÃO 'COM OLHOS' NOS PREÇOS DOS BILHETES

Cortes nos subsídios atingem transportes públicos em 2018

SUBVENÇÃO.

Passageiros poderão pagar 200 kwanzas pelo bilhete de autocarros, contra os actuais 90 kwanzas, caso o Estado deixe de participar no pagamento das passagens.



Actualmente, o passageiro paga 30 kwanzas e o Estado cobre os restantes 60.

Por António Miguel

O

Governo poderá rever, no próximo ano, o programa de subvenção dos bilhetes dos transportes públicos, no âmbito do

'Programa de Optimização de Subsídios', de acordo com fontes do ministério das Finanças e da Economia.

O bilhete de passagem do autocarro custa 90 kwanzas por viagem e é subvencionado em mais de 66%. O passageiro paga 30 kwanzas e o Estado cobre os restantes 60. Com a revisão, as autoridades governamentais pretendem iniciar o processo de retirada gradual da subvenção dos transportes, como vem já fazendo com os combustíveis (gasolina e gasóleo) e electricidade, passando a 'factura real' para o consumidor.

O Ministério das Finanças, por via

do Tesouro Nacional, deve pagar às operadoras de transportes rodoviários, até ao dia 5 de cada mês, depois de estas remeterem os seus relatórios, que contabilizam o número de passageiros transportados durante o período em causa. Os cortes não vão acontecer agora, embora para este ano, possam ocorrer ajustes de optimização. "Por exemplo, em média, um autocarro leva 80 pessoas. Mas não sabemos se, em todo o momento, o autocarro leva 80 pessoas. Há viagens em que leva menos. Mas, quando a empresa vai pedir subsídio ao Estado, o cálculo que se faz é de 80 vezes o número de autocarros, que a operadora possui, vezes o número de rotas, vezes as horas trabalhadas por rotas e dá um certo valor. Esta metodologia de cálculo é que tem de ser melhorada, porque o Estado gasta muito dinheiro com os transportes", explica uma fonte do Ministério da Economia.

Embora não apontem os valores do encargo financeiro que o Estado desembolsa para cobrir os subsídios dos transportes, as fontes deram conta

60

kwanzas por bilhete é o que Estado paga em subvenção de transportes públicos, que custa 90 kwanzas.

de que cada operadora, geralmente, apresenta entre um e dois milhões, como sendo o número de passageiros transportados durante um mês. Em Luanda, há cinco empresas de transportes (Angoaustral, Ango Real, Macon, SGO, TURA e TCUL, sendo esta última a única empresa pública)

Gestores de empresas privadas, como o director da TURA, Augusto Junça, lembram, no entanto, que, com a retirada dos subsídios, o bilhete deverá custar 200 kwanzas, que, na verdade, "é o custo real da passagem". Augusto Junça antecipa que o aumento "vai

sobrecarregar os passageiros, podendo degenerar-se em insatisfação popular". "Em todo o mundo, os transportes públicos são subsidiados, porque os transportes são uma questão estratégica", compara o director da TURA.

Augusto Junça admite que as operadoras possam sobreviver sem a subvenção, mas recomenda que, "não podendo aumentar salários, dentro de alguma proporcionalidade, não podem fazer melhorias nas empresas nem adquirir mais viaturas", por falta de dinheiro. "Se os proveitos são continuamente negativos, contentamo-nos em pagar salários. Temos a consciênciasde que vamos estoirar, se não se puser o comboio nos eixos."

Nos últimos dois anos, o Governo tem faltado com a subvenção, encontrando-se em dívida, já que o pagamento tem sido feito em atraso. Em vários momentos, a subvenção chega pela metade, ficando-se com seis meses de dívida, o que se reflecte negativamente na gestão operacional das transportadoras.

COM CRÍTICAS

Indústria têxtil com associação

As indústrias têxteis e de confecções criaram a AITECA (Associação das Indústrias Têxteis e Confecções de Angola). Inicialmente com 16 membros, tem como presidente de direcção, Luís Faceira, principal investidor da Textang II, vice-presidente Lucrécia Moreira, da empresa LMM criação e confecções, secretário-geral, Luís Contreiras, da empresa Palm confecções, e primeiro vogal Matos Cardoso, da Mahina Yetu (ex-Satec).

Lucrécia Moreira considera o desenvolvimento da indústria têxtil e confecções como "oportunidades para a criação de mais emprego, fortalecimento e desenvolvimento da economia nacional". A vice-presidente pediu ao Estado protecção das novas indústrias até que se tornem competitivas.

Os membros da AITECA afirmam não esperar subsídios do Estado, mas um sistema "mais desburocratizado e a redução de impostos".

Por sua vez, o secretário de estado da Indústria, Kiala Gabriel, entende que a AITECA surgiu num "momento crucial para o desenvolvimento do sector industrial, tendo em conta o volume de investimento feito pelo Governo para recuperação, ampliação, modernização e expansão destas infra-estruturas".

Para o secretário de estado, o Governo fez a sua parte, com a criação de condições infra-estruturais, "agora é vez de o empresário fazer a sua".



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política

SEM MATÉRIA-PRIMA, SEM FINANCIAMENTO

Indústria siderúrgica à espera de ‘sucateiros’

INDÚSTRIA. Angola gasta, em média anual, 75 milhões de dólares com a importação de produtos como varão de aço ou similares. As indústrias siderúrgicas existentes funcionam a ‘meio-gás’ devido à escassez de sucatas.

Por José Zangui

O país conta com cinco unidades de siderurgia, mas a cobertura das necessidades internas de materiais como o varão de aço e similares continua, em parte, dependente das importações, que ‘devoram’ mais de 75 milhões de dólares por ano, segundo contas da Administração Geral Tributária (AGT).

Além da escassez da recolha de sucatas, principal matéria-prima da indústria, cujas necessidades estão calculadas em 600 mil toneladas por ano, de acordo com contas do Ministério da Indústria, as siderurgias debatem-se com a falta de divisas, o que as coloca com níveis de produção significativamente abaixo da capacidade instalada.

A Aceria de Angola – ADA, uma das cinco unidades, localizada no Bengo, produz actualmente 400 toneladas de aço por ano, cerca de 70% abaixo da capacidade instalada, estimada em 1.500 toneladas.

No ano passado, o Ministério da Indústria interveio em socorro dos investidores nacionais, proibindo a exportação da sucata, mas a medida continua aquém de resolver as dificuldades das siderurgias. Em várias ocasiões, o Ministério liderado por Bernarda Martins argumentou que a sucata é uma matéria-prima que deve ser utilizada na produção nacional e não para a exportação.



Escassez de matérias-primas dificulta produção.

O mercado não dispõe de ‘sucateiros’, entidades privadas que teriam a missão de recolher a matéria-prima nas ruas. Há, no entanto, pequenas empresas que fazem a distribuição de sucatas, cobrando por tonelada entre 15 e 17 mil kwanzas.

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, em declarações ao VALOR, observou que, no contexto actual, com a dificuldade de divisas e sem sucateiros organizados, “o investimento nas unidades siderúrgicas não é viável”.

No Zaire, de acordo o director da Indústria, Aberto Adão Sofia, ao VALOR, dos 16 projectos do Governo para o sector, um consistia na montagem de uma indústria de siderurgia, avaliada em mais de 100 milhões de dólares. Mas o projecto ficou ‘encravado’, porque os promotores não encontraram

financiamento bancário.

Para José Severino, o Zaire e Benguela “não vão ter sucesso pela falta de matéria-prima e talvez por isso a banca não aprove o financiamento”.

Observadores, em geral, sugerem o surgimento de uma rede de empresas vocacionada para a recolha e venda de sucatas, os chamados ‘sucateiros’.

Além da ADA, a indústria siderúrgica conta ainda com a Sociedade Angolana de Siderurgia – Siderurgia Nacional, a Best Angola Metal, a Delta Steel Mill e a Fabrimetal.

À ESPERA DE CASSINGA

Há dois anos, o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, garantiu que, em 2016, arrancaria a primeira fase da concessão do projecto mineiro de Cassinga que se prevê produzir um milhão e 800 mil toneladas de ferro por ano.

75

Milhões de dólares, é o valor anual que Angola gasta com a importação de varão devido ao defice da produção nacional.

Esse projecto poderá, de acordo com o governante, abastecer a indústria de siderurgia nacional. Entretanto, Cassinga e o projecto ‘ferro Gusa’, no Kuando-Kabango, estão longe dos prazos previstos. Os iniciais 2015, 2016 não foram concretizados.

Entretanto, O Ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, garantiu a saída de uma reunião das comissões Económicas e para a Economia Real, na quinta-feira, onde foram abordados o ponto de situação dos grandes projectos económicos, estarem ultrapassados os constrangimentos que atrasaram o projecto mineiro de Cassinga, com a extinção da parceria com o primeiro investidor, a companhia AEMR, de que resultou a passagem de todos os direitos mineiros para a Ferrangol.

Segundo o governante “o momento é agora mais favorável para se investir na mina de Cassinga”, acrescentando que “a decisão da Comissão Económica do Conselho de Ministros vai no sentido de continuarmos a negociar com os investidores interessados, desde que garantam não apenas a primeira fase mas também a segunda”.

COM CRÍTICAS

Têxteis criam associação

As indústrias têxteis e de confecções contam, desde a última terça-feira, com uma associação. Trata-se da AITECA (Associação das Indústrias Têxteis e Confecções de Angola) que conta inicialmente com 16 membros e que tem, como presidente de direcção, o empresário Luís Faceira, tido como o principal investidor da Textang II. Lucrécia Moreira, da empresa LMM criação e confecções, é a vice-presidente e Luís Contreiras, da empresa Palm confecções, é o secretário-geral. Matos Cardoso, da Mahina Yetu (ex-Satec), aparece como o primeiro vogal.

Para Lucrécia Moreira, o desenvolvimento da indústria têxtil e confecções é uma oportunidade para a criação de mais emprego, concorrendo para o fortalecimento e desenvolvimento da economia nacional. A vice-presidente da AITECA pediu ao Estado protecção das novas indústrias até que se tornem competitivas. Sem exigirem subsídios governamentais, os membros da AITECA pedem desburocratização do sistema financeiro e redução de impostos.

Presente no lançamento da associação, o secretário de Estado da Indústria, Kiala Gabriel, declarou que a organização de associações dos diferentes sectores emana de uma orientação do Governo, de modo a facilitar o diálogo entre as diferentes classes e as autoridades. Kiala Gabriel entende que a AITECA surgiu num “momento crucial para o desenvolvimento do sector industrial, tendo em conta o volume de investimento feito pelo Governo para a recuperação, ampliação, modernização e expansão destas infra-estruturas. “Tendo o Estado feito a sua parte com a criação de condições infra-estruturais, agora é vez de o empresariado fazer a sua”, rematou o governante.

José Zangui



O ACORDO de Facilitação do Comércio entrou em vigor na quarta-feira. O protocolo pretende simplificar e uniformizar procedimentos aduaneiros.



A REUNIÃO conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, realizada na quinta-feira, aprovou o relatório de balanço do Plano de Caixa do mês de Janeiro.



Angola tem 207 unidades hoteleiras

UM ESTUDO DA PROPRIME

Taxa de ocupação dos hotéis em Luanda cai para metade

MERCADO IMOBILIÁRIO. Governo admitiu recentemente que a taxa de ocupação nas unidades hoteleiras caiu 25%, no geral. Luanda reclama mais de metade da oferta de quartos no país.

Por Isabel Dinis

A taxa de ocupação das unidades hoteleiras, em Luanda, caiu para a metade, nos últimos dois anos, recuando dos 80% para os 40%, revela um estudo realizado pela imobiliária Proprime e publicado na segunda semana de Fevereiro, que contabiliza também uma quebra média superior a 27% nas diárias.

De 2014 para 2016, os preços das diárias nos hotéis de três estrelas cederam 21,4% para os 220 dólares (um recuo nominal de 60 dólares), tendência verificada no segmento de cinco estrelas, em que as diárias baixaram 24%, saindo dos 500 para os 380 dólares. Os hotéis de quatro estrelas foram os mais castigados pela crise no sector, com os preços médios a recuarem, nos últimos dois anos, 37,5% para os 300 dólares, menos 130 dólares face à tabela de 2014.

O Ministério da Hotelaria e Turismo fez saber, recentemente, que o número de turistas estrangeiros que visitaram o país, no ano passado, caiu

MEMORIZE

- Os hotéis de quatro estrelas foram os mais castigados pela crise no sector, com os preços médios a recuarem, nos últimos dois anos, 37,5% para os 300 dólares, menos 130 dólares face à tabela de 2014.

de forma “substancial” desde 2014, resultando na queda de 25% na taxa de ocupação dos hotéis em Angola.

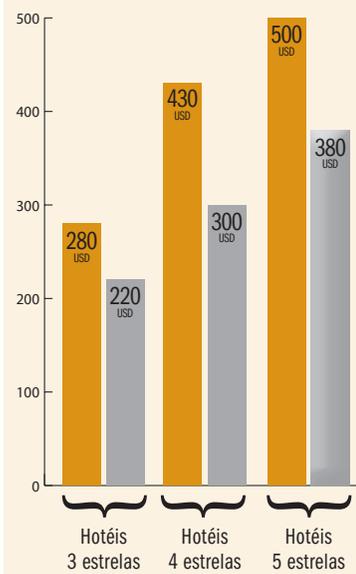
No terceiro trimestre de 2016, o presidente da Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHRA), Armindo César, antecipava, em entrevista, que as unidades hoteleiras de uma maneira geral viviam “imensas dificuldades”, decorrentes da fraca ocupação das suas infra-estruturas, situação que estava a provocar problemas de tesouraria.

O empresário revelou, na altura, que as taxas de ocupação eram “tão baixas” que havia unidades hoteleiras com dificuldades para honrar os compromissos com terceiros e man-

Preço da diária média nos hotéis em Luanda

2014
Taxa de ocupação média 80%

2017
Taxa de ocupação média 40%



ter a estrutura da força de trabalho.

O turismo interno também não ficou de parte e retraiu como consequência, entre outros factores, da crise económica e financeira, da degradação das estradas nacionais, da subida dos bilhetes de passagem de autocarros e da fraca exploração dos potenciais turísticos nacionais.

A Proprime ressalta, no estudo, que a crise teve forte impacto na ‘performance’ das unidades hoteleiras, sendo que o grosso do turismo continua a ser o de negócios.

LUANDA LIDERA OFERTAS

A oferta de quartos de hotel em Angola está fortemente concentrada em Luanda. A província possui mais de metade da oferta. Benguela é a segunda, mas, mesmo assim, tem menos de um terço do total de quartos de Luanda.

No total, um terço das províncias de Angola tem menos de 100 quartos de hotel e mais de metade das províncias têm menos de nove unidades hoteleiras.

Angola tem 207 unidades hoteleiras. Com excepção de Luanda, os hotéis de menor qualidade são mais de metade, segundo um outro estudo sobre o mercado imobiliário nacional, da Colliers Internacional, lançado no mês passado.

MORADIAS MAIORES EM 2016

O estudo realizado pela Proprime analisou também o imobiliário residencial e a oferta de escritórios em Luanda. O arrendamento de escritórios baixou entre 20% e 10% em 2016.

A quebra na actividade económica tem tido reflexo no imobiliário residencial, retraindo a procura por parte dos expatriados, devido a muitas empresas multinacionais que fizeram reajustes nos investimentos em Angola.

“O novo cenário na economia tem motivado aos novos projectos imobiliários a aposta de tipologias maiores, direccionadas a angolanos em relação às tipologias menores que eram maioritariamente procuradas por estrangeiros”, ressalta o estudo.

A análise da Proprime revela ainda que, em 2016, houve maior procura de moradias em Talatona, devido à descida das rendas nesta zona de Luanda. Nas moradias do tipo V3, os preços desceram 9,5% face a 2015, continuando a tendência de queda iniciada em 2011. Nos apartamentos, na Ingombota, os preços desceram 10%.

Economia/Política

AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS COM NOVOS ROSTOS

Belarmino Van-Dúnem 'salta' de colaborador para PCA da APIEX

NOMEAÇÃO. Académico Belarmino Van-Dúnem substitui Henriques da Silva, exonerado há um mês, no cargo de presidente do conselho de administração da Agência para a Promoção do Investimento e Exportação (APIEX), por ordem do ministro do Comércio.

Por José Zangui

No mês passado, o ministro Fiel Constantino exonerou o conselho de administração da APIEX liderado, na altura, por António Henriques da Silva, na sequência da apresentação, por parte deste último, de um documento de oito páginas que apontava graves erros a nível da gestão e desempenho dos recursos humanos da instituição.

O documento apresentava, no entanto, propostas para aquilo que se considerava a solução dos 'problemas' verificados a nível da gestão da instituição.

Após a exoneração da antiga administração, o ministro do Comércio nomeou uma comissão de gestão encabeçada pelo secretário de Estado para o Comércio Externo, Alexandre David de Sousa, tendo como colaborador Belarmino Van-Dúnem, para assegurar o normal funcionamento da APIEX.

A relação entre o ministro Fiel Constantino e o antigo PCA da APIEX, António Henriques da Silva, foi relatada como não sendo das melhores "devido a um suposto ofuscamento que o titular do Comércio sentia do também membro do Comité Central do MPLA Henriques da Silva.

Em Outubro do ano passado, os administradores da APIEX tinham sido proibidos pelo ministro do Comércio de prestar declarações a jornalistas. A medida, sem adiantar qualquer explicação sobre o seu teor, constava de um despacho de Setembro.

"Doravante, fica condicionado à autorização prévia e expressa do ministro da tutela, todo e qualquer pronunciamento institucional aos órgãos de comunicação social, dos membros do conselho de administração e demais responsáveis da APIEX. Mas a medida abrange outros responsáveis do Ministério do Comércio", determinava o comunicado do Ministério.



Belarmino Van-Dúnem,
novo PCA da APIEX

O ministro do Comércio, Fiel Constantino, nomeou, na passada sexta-feira, o académico Belarmino

Gomes da Rocha Van-Dúnem para, em comissão de serviço, exercer o cargo de presidente do conselho de administração da Agência para a Promoção do Investimento e Exportação de Angola (APIEX), indica uma nota do Ministério do Comércio enviada às redações.

Para administradores da APIEX, Fiel Constantino nomeou Kudielela da Conceição Soares Santana, para a área de promoção e incentivo às importações; Taciana Evaristo, para a área de promoção e captação de investimentos; Marco Peter de Paula Almeida, para a área de acompanhamento de mercados e produtos, e Mário Inácio da Costa Lironel, para a área administrativa e financeira.

Todas as segundas-feiras
Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA ZONA CONJUNTA
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14

PETROLEO
Potencial do onshore ignorado
Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos que promove a criação de micro-economias locais e de emprego marginal, abaixo dos 3%, contrariando a tendência mundial de 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Pág. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISA
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza
A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (ABREAN) é ser submetida ao governo brasileiro no sentido de acertar com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas
Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que prevêem abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVIDADE DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a possibilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Pág. 10-11

Moedas: ANZ USD 160,9 Kz (+0,9) ▲ EUR 181,02Kz (+0,7) ▲ LIBRA 229,7 Kz (+0,3) ▼ YUAN 24,2 Kz (+0,1) ▲ RAND Rand = 10,5 Kz (+0,1) ▲

Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 (Arieth Lopes),
941 784 792 (Geovana Fernandes)
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo e o Futuro



Flávio G. I. Inocêncio

A

Arábia Saudita é o líder da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) desde a criação da organização em

1960 por causa das suas gigantescas reservas de crude, hoje estimadas em cerca de 264 mil milhões de barris e a sua produção diária média estimada em cerca de 10 milhões de barris por dia. Acima de tudo, a Arábia Saudita tem uma capacidade extra de produção estimada em cerca de dois milhões de barris por dia e é essa capacidade não utilizada (spare capacity) que torna o Reino Saudita o mais importante actor petrolífero global como o produtor flutuante (swing producer). Para uma comparação com o nosso país, Angola tem reservas de crude estimadas em cerca de 10 mil milhões de barris e uma produção média diária hoje estimada em cerca de 1,6 milhões de barris por dia.

Os preços de petróleo começaram a cair acentuadamente a partir de Junho de 2014 por causa do excesso de oferta de petróleo que teve a sua origem na revolução energética dos últimos 10 anos nos EUA, com o petróleo de xisto a contabilizar a maior parte do excesso da oferta no mercado mundial de petróleo.

Na reunião ordinária da OPEP, em Novembro de 2014, a maioria dos países membros da OPEP era favorável a um corte de produção para um aumento do preço do petróleo com a finalidade de equilibrar o mercado. Nessa altura, os sauditas, como líderes da organização e dos Estados do Golfo, recusaram um corte de produção contra a opinião de muitos outros países membros.

A estratégia saudita, desde essa data até à reunião de 30 de Novembro de 2016, foi de recuperação de quota de mercado. O objectivo dos sauditas e dos seus aliados no Golfo (no Conselho de Cooperação do Golfo) foi de

permitir uma descida dos preços do petróleo para eliminar a produção de petróleo de xisto (e não convencional) na América do Norte, considerada como mais cara e vista como ameaça ao petróleo desses países e dos restantes membros da OPEP.

Essa estratégia de recuperação de quota de mercado não eliminou a produção de xisto americana, embora esta tenha diminuído de forma significativa em 2016 em comparação com o período de 2015, em cerca de um milhão de barris por dia.

Contrariamente ao que alguns autores têm referido, a OPEP é a mais importante instituição no mercado petrolífero mundial. De acordo com os dados mais recentes da OPEP, os países membros produziram, em média, cerca de 32 milhões de barris de petróleo por dia em 2016 para uma produção mundial de cerca de 95 milhões de barris por dia. Qualquer análise sobre o mercado petrolífero precisa de considerar o papel fundamental que a OPEP tem nos mercados petrolíferos. Desvalorizar um grupo de países que representa cerca de 30% da produção global de crude é um erro crasso de análise.

A OPEP é apenas uma das possíveis plataformas para a projecção dos interesses nacionais dos Estados do Golfo (que são o verdadeiro centro do poder da organização) no que concerne ao petróleo e por isso não podemos ver na OPEP a única plataforma para a possibilidade de concertação de produção petrolífera entre principais produtores a nível global.

Desde a crise petrolífera dos anos 70 do século passado e a queda abrupta dos preços de petróleo nos anos 1980 que a OPEP não é tão relevante como o foi depois da crise petrolífera de 1973. O mundo, onde os preços de crude eram influenciados por meras declarações de Ahmed Zaki Yamani, o poderoso ministro dos Petróleos da Arábia Saudita nos anos 1970 e 1980, há muito que deixou de existir.

O cerne da questão é que os Estados do Golfo, liderados pela Arábia Saudita, podem agir fora da OPEP e intervir nos mercados, aumentando ou reduzindo a sua produção petrolífera como o fizeram na crise petrolífera de 1973, quando o embargo imposto pelos países árabes ao Ocidente – por causa da guerra entre o Egipto e Israel – levou ao colapso de muitas economias Ocidentais dependentes do crude árabe. Nessa altura, o petróleo representava cerca de 50% do consumo primário energético mundial e hoje representa apenas cerca de 30%. Isso significa que o crude em 2017 não é tão relevante como era nos 70 ou 80 do século passado, e, em parte, foi por causa dos preços altos de crude que criaram incentivos económicos para a substituição do crude por outras fontes de energia alternativas, como o gás natural, energias renováveis entre outras.

Importa também salientar que os sauditas implementaram, com sucesso, uma estratégia unilateral de recuperação de quota de mercado em 1985-86, quando procuraram aumentar a sua quota de mercado de forma significativa por causa dos efeitos negativos dos preços altos de crude que tiveram como consequência uma redução da sua produção de 10 milhões de barris por dia para meros três milhões de barris de petróleo por dia. Essa estratégia passou por um aumento significativo da produção saudita e uma redução dos preços.

Na crise petrolífera de 2014, os sauditas tentaram implementar uma estratégia semelhante de recuperação de quota de mercado para eliminar o excesso da produção petrolífera de xisto, ao permitir uma queda dos preços e por isso não permitiram um corte de produção na OPEP. Obviamente, essa estratégia falhou de forma significativa e, embora a produção da Arábia Saudita continue em níveis recorde, essa estratégia não foi capaz de eliminar os produtores de xisto. Um dos erros da estratégia saudita foi subes-

timar a resiliência dos produtores de xisto dos Estados Unidos que conseguiram reduzir, de forma significativa, os seus custos operacionais e tornar competitiva a produção de xisto num ambiente de preços reduzidos.

Evidentemente, com a enorme queda de receitas na Arábia Saudita e nos Estados do Golfo, esses países decidiram mudar de estratégia em 2016 e optaram por um corte de produção e preços mais elevados e obviamente a OPEP foi das plataformas escolhidas para um corte de produção. Mas ver nela a única possibilidade de concertação da produção de crude é de uma miopia extrema. Para os Estados do Golfo, a possibilidade de acção fora da OPEP não é apenas uma possibilidade, mas uma realidade sempre presente.

O grande vencedor das guerras de petróleo no período compreendido entre 2014 e 2016 são os Estados Unidos, na sua incessante batalha por segurança energética e os milhares de produtores independentes, que tornaram a produção de xisto viável, e agora com a previsível subida ligeira dos preços de crude este ano essa produção vai aumentar. Com a nova Administração Trump, eleita numa plataforma pró-energética, com nomes como Rex Tillerson, antigo PCA da Exxon no Departamento de Estado, e Rick Perry, antigo governador do Texas (o mais importante Estado no sector energético nos EUA) para secretário para a Energia, é expectável um aumento significativo da produção de xisto e de gás e torna-se cada vez mais real a possibilidade da independência energética nos Estados Unidos, com consequências geopolíticas colossais.

Para Angola, as 'guerras do petróleo' iniciadas pelos sauditas contra os produtores americanos apanharam o país de surpresa, mas isso será um tema tratado numa futura análise.

PhD, Professor das Universidades de Coventry e Agostinho Neto

Na crise petrolífera de 2014, os sauditas tentaram implementar uma estratégia semelhante de recuperação de quota de mercado para eliminar o excesso da produção petrolífera de xisto, ao permitir uma queda dos preços e por isso não permitiram um corte de produção na OPEP.

Mercado & Finanças

RELATÓRIO DA VISITA DE NOVEMBRO DE 2016

FMI detecta ‘gato’ nas contas petrolíferas das Finanças

ESTATÍSTICAS. Organismo queixa-se de haver “desfasamento” nas contas sobre as receitas petrolíferas e diamantíferas publicadas no portal do MINFIN. Aos números do Governo, o FMI exige “melhorias significativas”. O BNA e o INE passam no teste devido a avanços na publicação de dados estatísticos.

Por Nelson Rodrigues



O Ministério das Finanças recebeu nota negativa do Fundo Monetário Internacional (FMI)

quanto à publicação de dados económicos das receitas petrolíferas e dos diamantes, qualificados de “desfasados” e “carentes de melhorias significativas”, de acordo com o último relatório do organismo, relativo às consultas de Novembro.

Num quadro designado ‘Apêndice sobre Questões Estatísticas’, o FMI refere objectivamente que os dados do Governo “inspiram preocupação”, apesar de já estarem em curso, segundo o relatório, “esforços para reforçar a base estatística inclusivamente com a assistência técnica do FMI e do Banco Mundial”.

Do conjunto de críticas ao Governo, por via do Ministério das Finanças, são apontadas várias lacunas na produção de dados de natureza económica, nomeada-

mente na qualidade e à actualidade das informações disponibilizadas. “Dados pormenorizados sobre as receitas dos sectores do petróleo e dos diamantes e relatórios sobre as finanças públicas são publicados no sítio do Ministério das Finanças, na Internet, com algum desfasamento”, crítica o FMI, citando nomes de membros do Governo, como o do vice-presidente da República, Manuel Vicente, e de outros da equipa económica.

O organismo, que tem sede em Washington, nos EUA, não faz menção específica a números, nem aos anos das suas publicações no portal das Finanças, mas aponta falhas e sugere soluções para a eliminação daquilo que chama “lacunas”. “É preciso melhorar substancialmente a periodicidade e qualidade das estatísticas de finanças públicas. As receitas e despesas são registadas correctamente pelo regime de especialização do exercício, mas perduram alguns problemas na reconciliação de operações acima e abaixo da linha”, resume o documento, com o número 17/39, de Fevereiro.

Os peritos do FMI que se reuniram à mesma mesa com membros

MEMORIZE

● **FMI considera** que dados estatísticos desenvolvidos pelo Ministério das Finanças “inspiram preocupação”, além de “desfasados” e “carentes de melhorias significativas”.

do Governo, incluindo o vice-presidente da República, recordam no relatório que “é fundamental assegurar a publicação regular (no mínimo em bases trimestrais) de dados consolidados e pormenorizados das finanças públicas em formato electrónico no sítio do Ministério das Finanças na Internet”, nomeadamente em Excel.

BNA E INE COM CONTAS ‘EM DIA’

Se aos dados do Ministério das Finanças é apontado um volume de insuficiências, fazem o caminho inverso o Banco Nacional de Angola (BNA) e o Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Para ambos os organismos públicos, o Fundo saúda a “regularidade e a antecipação” com a publicação



Ricardo Veloso, chefe do departamento do FMI para África, durante uma conferência de imprensa em Angola.

dos dados estatísticos. “Angola tem hoje diversas publicações estatísticas regulares e informativas, o que reflecte progressos significativos no fornecimento de dados e na transparência dos relatórios estatísticos. Os maiores avanços concentram-se no BNA e no INE. Ambos passaram a fornecer e a publicar dados muito mais abrangentes, em bases atempadas”, elogia o órgão liderado por Christine Lagarde, no mesmo relatório em que ‘manda’ fechar bancos que demonstrem incapacidade operacional.

AValiação SEPARADA

A nota positiva do FMI sobre o BNA é justificada com a apresentação “atempada” dos dados sobre as estatísticas monetárias e financeiras. Contou ainda para a avaliação do BNA a publicação de outros elementos, designadamente os relatórios trimestrais sobre a inflação e o relatório semestral sobre a estabilidade financeira. “O BNA transmite atempadamente dados ao FMI e publica dados pormenorizados no seu sítio na Internet todos os meses”, revela o FMI.

Dos avanços desenvolvidos pelo

INE, liderado por Camilo Ceita, o FMI destaca a publicação das contas nacionais, que, pela primeira vez, foram publicadas em Angola referente a 2002-2013. “Trata-se da primeira publicação de contas nacionais de Angola, com dados anuais sobre o produto, as despesas e os rendimentos. As contas nacionais incluem o PIB anual a preços correntes e em volumes utilizando estimativas encadeadas com base nas referências de 2002”, lê-se no relatório.

Há mais de duas semanas, o INE apresentou as Contas Nacionais provisórias de 2014 e as preliminares de 2015.

Relevam ainda os avanços do INE na divulgação de informação, segundo o FMI, outros importantes boletins de dados, como os boletins trimestrais sobre a confiança empresarial, a produção industrial e o comércio de mercadorias. “O INE concluiu um recenseamento nacional em 2014, o primeiro em quatro décadas após a independência. O questionário do censo abrange uma vasta gama de informações, mormente de natureza demográfica e social”, sublinha o FMI.



O GOVERNO reembolsou quase na totalidade o empréstimo de 1,4 mil milhões de dólares obtido do FMI, em 2009, para estabilizar a balança de pagamentos, faltando agora perto de dois mil milhões, revelou o representante residente do organismo, Max Alier.



O BANCO de Poupança e Crédito (BPC), retoma, em breve, a concessão de créditos a empresas e particulares, anunciou o presidente da comissão executiva da instituição, Zinho Baptista, domingo, em Paris.

“TRATAMENTO DESIGUAL” AOS OPERADORES

Bancos queixam-se de venda direccionada de divisas

DIVISAS. Banqueiro explica que a política de “venda direccionada” do BNA faz com que apenas grupos influentes consigam dólares, o que cria “concorrência desleal entre os bancos comerciais”.

Por Cândido Mendes

30

Milhões de dólares, é o volume de divisas vendidas pelo BNA antes da aprovação do novo regime cambial às empresas petrolíferas.

facilitava o uso especulatório e paralelo de divisas leiloadas pelo BNA ao câmbio oficial.

No entanto, essa política de venda direccionada, continua o banqueiro, “beneficia alguns grandes bancos, de peso e com ‘lobbies’ junto ao BNA e à política, que têm mais acesso a divisas do que os pequenos, menos conhecidos e sem o ‘lobby’ que não conseguem as divisas necessárias para operacionalizar as suas actividades. Há uma concorrência desleal criada com essa política”, critica.

As reclamações são relativamente generalizadas, porque, no todo, a liquidez diminuiu substancialmente, embora algumas instituições estejam a ser mais penalizadas. Essa centralização do mercado de divisas por parte do BNA é frequentemente alvo de críticas da banca. Segundo

“O mercado financeiro está a enfrentar o problema de falta de liquidez em moeda estrangeira que afetou a banca de uma forma extrema as operações da banca tendo em conta que o país vive de importações”, diz o gestor de um banco ocidental que prefere não se identificar por falta de autorização da sede da instituição. “Todas as empresas petrolíferas que quiserem pagar serviços e salários têm de converter os dólares em kwanzas. Só que os dólares não ficam com o banco, vão para o BNA. É assim que o BNA controla quase todo o mercado cambial”, queixa-se o gestor.

Antes da introdução da lei, o BNA vendia, 10, 20 ou 30 milhões de dólares aos bancos e esses depois decidiam o que fazer, alocando-os de acordo as necessidades dos clientes, agentes económicos, “mas agora o BNA vende divisas aos bancos comerciais, mas indica a importação específica para que deve servir”. “Quer dizer que neste momento, o BNA está a gerir a liquidez do país inteiro. Os bancos não têm mais a sua própria gestão de liquidez. Tudo depende do BNA”, insiste.

Valter Filipe identificou como ‘cavalo de batalha’ a falta de controlo por parte do banco central que



o antigo PCE do banco BFA Emídio Pinheiro, a nova realidade terá encolhido em cerca de 45% o mercado cambial.

Relativamente à gestão de prioridades por parte do BNA, o gestor lembra que o regulador “não pôde saber de tudo, não pode saber das necessidades de reposição de peças ou contratação de um serviço especializado.”

Outra consequência colateral da política do BNA citada é que os bancos “não podem assumir compromissos de abrirem CDI” (Créditos Documentados à Importação) sem já ter o aval do BNA.

“Quando da crise económica de 2008, muitos endinheirados retiraram os seu capital e o colocaram noutras paragens mais seguras, dada a incerteza que pairava em Angola, até porque, na altura, o BNA não tinha instrumentos legais de o impedir. O BNA parece determinado a não permitir uma repetição”, analisa.

Diferente da crise de 2008, conjuntural, segundo economistas, a actual crise é de foro estrutural, tornada pior pelo abandono das instituições internacionais correspondentes e fornecedoras de dólares a um mercado nacional habituado a viver de importações.

INSTRUMENTO VISA PREVENIR ILÍCITOS

CMC reforça supervisão com novo sistema informático

Um sistema informático de supervisão e fiscalização (SISF) foi criado pela Comissão de Mercado de Capitais (CMC), ligado ao Ministério das Finanças, para tornar “mais eficiente” a supervisão do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, revela uma nota da entidade, distribuída à imprensa.

De acordo com o documento, o sistema vai permitir reduzir os custos associados ao acompanhamento prudencial das entidades sob a super-

visão da CMC, além de permitir a observação do mercado com maior proximidade.

Assinada por Vera Daves, presidente do organismo, a nota refere que o novo sistema “vai prevenir e reprimir situações ilícitas”, bem como monitorizar o risco sistémico no mercado.

“Esta instrução estabelece as regras relativas à integração obrigatória no Sistema Informático de Supervisão e Fiscalização (SISF) de todas as entidades supervisionadas pela CMC, nos

termos do artigo 23.º do Código dos Valores Mobiliários”, lê-se no documento.

À Comissão do Mercado de Capitais (CMC), estão reservadas as funções de “acompanhar de modo contínuo a actividade das entidades sujeitas à sua supervisão, a fim de garantir a protecção dos investidores e o funcionamento regular e eficiente do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados”.

Empresas & Negócios

PROJECTOS FICARAM AVALIADOS EM 15 MILHÕES USD NO ANO PASSADO

Grupo Ramos Ferreira prevê carteira de negócio de 30 milhões USD

CONSTRUÇÃO CIVIL. Empresa investiu numa fábrica de condutas para mitigar os custos com a importação de matérias-primas.

Por Valdimiro Dias

O volume de negócios da construtora Ramos Ferreira, no país, estão estimado em 30 milhões de dólares, em 2017, uma perspectiva positiva que contraria os indicadores do

ano passado. Com uma previsão inicial de 25 milhões de dólares, a carteira de negócios da empresa teve de ser revista, em 2016, para os 15 milhões de dólares, segundo a presidente da firma de origem lusa, Carla Ferreira.

Apesar do cenário adverso em Angola, a gestora da construtora afirma não ter reduzido a mão-de-obra, acrescentando que a empresa está a implementar uma estratégia de produção local de equipa-



Carla Ferreira, gestora do grupo Ramos Ferreira

43

por cento, valor da unidade de negócios do grupo em África.

mentos que, utilizados nas obras, deverão permitir reduzir a dependência na importação, devendo o remanescente ser comercializado no mercado interno.

A fábrica de condutas da Ramos Ferreira está equipada com tecnologia que “assegura a produção de condutas em chapa galvanizada,

em vários formatos e espessuras, conduta rectangular, perfis de ligação transversal aplicados, entre outros materiais”.

No seu relatório e contas de 2015, a construtora refere que decidiu apostar no asseguramento do seu crescimento, um desafio que deverá ser impulsionado pela continuidade da sua expansão a nível internacional, crescimento e maturação dos seus mercados estratégicos, nomeadamente Angola e Argélia, os quais representam hoje, directa e indirectamente, mais de 85% do volume de negócios.

A unidade de negócios de Angola valeu 43% da carteira de negócios do grupo em África, até 2015, representando a maior contribuição, sendo que a Argélia ficou na última posição, com 2%.

Para o triénio 2017-2019, a empresa definiu, como principal política, a adopção de acções formativas para os seus quadros para melhor responder às necessidades do mercado. O grupo emprega actualmente, em Angola, 253 cidadãos nacionais que vêm sendo capacitados para os desafios do mercado, nos últimos sete anos.

O grupo Ramos Ferreira possui intervenções nos domínios das instalações eléctricas, telecomunicações, gestão técnica centralizada, segurança, águas e saneamento e elevadores. Também é especializado nas diferentes fases da obra, projecto e consultoria, instalações e gestão e manutenção. Em termos de mercados, está presente em Portugal, Moçambique, Angola, Argélia e Emirado Árabes Unidos.

GRUPO QUER PRODUIR 10 MILHÕES DE LITROS POR ANO EM ANGOLA

Sul-africanos apostam no mercado das bebidas



O grupo sul-africano Distell iniciou a produção de bebidas em lata em Angola, disse o presidente executivo do grupo, Richard Rushton, em declarações à agência financeira Reuters.

Segundo o gestor, Angola representava para o grupo o principal mercado de exportação em África, mas as vendas caíram abruptamente na sequência da queda dos preços do petróleo, que tiveram como consequência a redução da quantidade de moeda estrangeira disponível.

“Iniciámos a produção de bebidas enlatadas em Angola

e vamos continuar a investir para que, antes do final do ano, a produção seja alargada a bebidas engarrafadas”, disse o presidente do grupo Distell cujos produtos mais conhecidos são o licor Amarula e a cidra Savanna.

A empresa, segundo o seu gestor, investiu 20 milhões de dólares na construção de uma fábrica, em Angola, que, numa fase ini-

cial, irá produzir 10 milhões de litros por ano, sendo que as receitas em kwanzas serão utilizadas para expandir a produção para bebidas engarrafadas.

Até à construção da fábrica, o grupo, que produz e comercializa vinho, aguardente, cidra e outras bebidas alcoólicas, abastece o mercado angolano com mercadoria produzida na África do Sul.



O GRUPO ZIPPY E MO, especializado na comercialização de roupas e calçados, inaugurou, na passada sexta-feira, as suas duas primeiras lojas no Lubango (Huíla), operação que implicou um investimento de 1,5 milhões de dólares.



UMA NOVA LOJA DA EMPRESA Multichoice Angola (DSTV), a 13.ª no país, foi aberta na quinta-feira, no Luena, Moxico, no quadro da “política de aproximação, expansão e reforço dos serviços no interior do país”.

ENCARGOS FISCAIS

Chevron ‘condiciona’ novos investimentos

A companhia petrolífera Chevron não deverá fazer novos investimentos em Angola se não forem revistas questões de natureza fiscal, segundo o vice-presidente do grupo petrolífero norte-americano, James Johnson, acrescentando ainda que “Angola tem campos de petróleo em quantidade e qualidade, mas as condições fiscais não são muito atractivas”.

James Johnson, que foi recebido pelo vice-presidente da República, Manuel Vicente, apelou para a adopção de taxas fiscais mais competitivas para incentivar o investimento. A Sonangol, na qualidade de concessionária nacional, e o Governo encontram-se a analisar a preocupação levantada pela Chevron.

No entanto, o grupo norte-americano continuará a investir no projecto de produção de gás natural liquefeito, no norte de Angola. Lançado em 2007, o projecto Angola LNG, além da Chevron que tem uma participação de 36,4%, conta com a Sonangol com 22,8%, a britânica BP Exploration (13,6%), a italiana ENI (13,6%) e a francesa Total (13,6%). A petrolífera norte-americana pretende em breve iniciar a produção no poço Mafumeira Sul, na zona sul do bloco zero, em águas rasas, em Cabinda.

Fundada a 10 de Setembro de 1879, a Chevron, com sede nos Estados Unidos da América, é uma das maiores empresas mundiais do ramo energético, especialmente petrolífero, operando em Angola há aproximadamente 60 anos, através da sua subsidiária Cabinda Gulf Oil Company Limited.

COM FACTURAÇÃO ANUAL NA ORDEM DOS 30 MILHÕES USD

Receitas da ITA devem crescer acima dos 130%

A ITA tem também representações na Huíla, Benguela e no Huambo.



TECNOLOGIA. Empresa disponibilizou um novo pacote de serviço de internet, o Maxnet e light, que promete dar resposta às especificidades das províncias e das pequenas e médias empresas.

Por Miguel Daniel

As receitas da Internet Technologies Angola (ITA), empresa angolana do ramo tecnológico, devem crescer, este ano, mais de 130% para os sete mil milhões de kwanzas, antecipa o CEO da firma, Rolf Mendelsohn, que colocou a arrecadação de 2016 em três mil milhões de kwanzas.

Rolf Mendelsohn garante que a ITA vai “continuar a apoiar o empreendedorismo e a incentivar o crescimento e desenvolvimento do país” e avança que a aposta passa pela criação de novos produtos para as pequenas e médias empresas (PME). O objectivo é contribuir para o desenvolvimento do tecido empresarial, além de “ajudar os empreendedores a terem internet a preços acessíveis e competitivos”.

Em 2016, a empresa desenvolveu o ‘Maxnet light’, um produto que, segundo o gestor, garante que as empresas tenham “internet fiável, rápida e consistente e de baixo custo”, justificando que as caracte-

30

Milhões de dólares, facturação anual da ITA

rísticas das PME são diferentes das grandes empresas. “Logo, o volume de tráfego e as necessidades são

diferentes”, compara, reforçando que o produto foi pensado especialmente para as PME, tendo em conta as localizações das províncias, a capacidade de tráfego, as condições técnicas e ambientais.

A ITA conta com uma facturação anual na ordem dos 30 milhões de dólares, resultantes de um universo de mais de 400 clientes que necessitam de serviços de internet, telefonia fixa e soluções para interligar escritórios, lojas, além da construção de redes intranet ou extranet para privados.

Apesar da retracção económica, a empresa, segundo o seu gestor, apostou nas áreas de desenvolvimento e inovação, com a construção do novo edifício tecnológico com uma área bruta de 2.300 metros quadrados e de um teleporto, orçado em 12 milhões de dólares, “o que garante maior capacidade técnica e humana”.

Mendelsohn revelou ainda que foi lançado, ao longo do ano transacto, o serviço de voz próprio, enquadrado na sua política de expansão com o indicativo (225), que culminou com a abertura das suas representações no Huambo, Benguela e Huíla, estando para breve a abertura de escritórios em Cabinda e no Soyo.

“Temos capacidade para cobrir o país, através das diferentes tecnologias que utilizamos, tal como, Satélite, Fibra e Wimax”, garante.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A ITA apresentou, no quadro da sua responsabilidade social, os resultados obtidos no V Torneio de Golfe Solidário, realizado em Setembro do ano passado, que resultou na arrecadação de 4 milhões de kwanzas destinados à reabilitação e à requalificação da Escola Primária 3.077 do Cazenga que alberga mais de mil alunos, bem como o apoio na produção do “Manual de Recursos para Pessoas com Deficiência”.

(In)formalizando



Márcia Pegado, comerciante de vestidos de noiva e acessórios



VESTIDOS DE NOIVA E ACESSÓRIOS POR EMPRÉSTIMO

Aluguer: uma alternativa para casamentos

CASAMENTOS. Apesar de a concorrência ser 'pesada', o aluguer de vestidos de noiva ainda não é um mercado saturado em Angola e vem atraindo novos comerciantes. A indústria de produtos para noivas "é pouco explorada", mas continua com bons números de lucros mensais. A facturação mensal pode ultrapassar os 300 mil kwanzas, para quem trabalha com, pelo menos, 30 vestidos de noiva.

Por Amélia Santos

Os preços para alugar um vestido de noiva rodam entre os 20 e os 80 mil kwanzas, dependendo da qualidade do vestido e da marca. Quem optar por alugar um vestido com acessórios, como véu, grinalda, buquê, cesto das alianças, brindes

e bijuterias pode pagar, por tudo, 45 mil kwanzas. Os preços, muitas vezes, são discutíveis e servem para se 'esquivar' dos custos com compras que podem chegar até um milhão de kwanzas nas grandes lojas formais.

Márcia Afonso Pegado, de 27 anos, encontrou no aluguer do vestidos de noiva uma forma de abrir um pequeno negócio. Em Novembro de 2016, começou com três peças de roupa, sendo o seu próprio vestido e de duas das amigas. Por vestido, cobra 20 mil kwanzas, como preço mínimo, e 45 mil, como preço

máximo. Sem um estabelecimento comercial, usa a sua casa como loja. Localizada no Benfica, na rua da Administração, mantém uma presença constante no Facebook 'Aluguer De Vestido De Noiva'. Quatro meses depois de começar o negócio, já conseguiu comprar mais de 30 vestidos de noiva, além de roupas para a madrinha que aluga por 15 mil kwanzas sem os acessórios. Vende ainda vestidos que podem custar entre 100 mil e 180 mil kwanzas.

Uma parte dos produtos comercializados compra na vizinha

“O aluguer de vestidos tende a crescer porque, com a crise, fica muito dispendioso comprar um vestido de noiva novo que pode custar entre os 200 mil e um milhão de kwanzas.”

MEMORIZE

● **Para abrir uma loja**, um potencial empreendedor tem de possuir um alvará comercial, um cartão de contribuinte, ter uma avaliação positiva da inspecção da saúde e dos bombeiros e claro o espaço, quanto mais visível melhor, de preferência frente a estrada.

Namíbia. Gasta pela passagem de autocarro 26 mil kwanzas de ida e volta, Luanda/Ondjiva.

Também negocia com noivas que se desfazem dos vestidos.

Pelo valor da revenda ou aluguer, garante ter lucros e confessa que, desde que começou com o negócio, não passa grandes necessidades.

Mensalmente, pode disponibilizar quatro a cinco vestidos além de outras roupas dirigidas a damas de honor e anjinhos. Além disso, também trata de fazer a decoração do carro de noiva, entre outros serviços.

Quem também entrou neste ramo, mas em sociedade com mais três irmãs, foi Helena Cortês. O negócio começou com oito vestidos destinados ao aluguer. A facturação mensal varia entre os 400 mil e os 500 mil kwanzas. Os vestidos são comprados em Portugal e na África do Sul.

A falta de emprego “não foi a principal causa” para entrar no negócio, mas foi “a vontade e a determinação em querer empreender”.

As jovens, que também usam o Facebook, com o nome ‘Aluguer de Vestidos de Noiva & Cerimónia’, só se dedicam às roupas de noiva. Os vestidos na loja, situada na centralidade do Kilamba, onde vivem, custam a partir de 50 mil e vão até aos 80 mil kwanzas. Na loja, o aluguer é sem acessórios. Com sensivelmente seis meses decorridos, Helena Cortês consegue avaliar o mercado de aluguer de vestidos e garante ser um “negócio viável”.

As irmãs entendem que o aluguer ainda tende a crescer porque, com a crise, fica “muito dispendioso” comprar um vestido de noiva novo que pode custar entre os 200 mil e um milhão de kwanzas. “Nas lojas, é muito mais caro”, resume a jovem empresária que não tem dúvidas de que, se os vestidos saírem da mão de um estilista nacional ou internacional, atingem valores



Vestido disponível no Facebook em ‘Aluguer De Vestido De Noiva’.



Helena Cortês, comerciante de vestidos de noivas e acessórios

muito mais elevados.

No São Paulo, tradicionalmente dos bairros mais procurados em Luanda, as lojas vendem vestidos e acessórios de noiva, com preços que variam entre os 150 mil e os 500 mil kwanzas. É essa a comparação que, muitas vezes, os clientes têm em consideração ao optarem por alugar um vestido do casamento.

Além dos negócios feitos em casa, há boutiques e pequenos empreendimentos que proliferam nos bairros de Luanda. Na grande maioria, sem documentação, mas que podem atingir uma facturação acima dos 300 mil kwanzas mensais.

Mas também é preocupação das lojistas em regularizar a actividade comercial, com toda a documentação legalizada. A dificuldade apontada por elas está na concepção de créditos banários, por causa das exigências.

Com o principal objectivo de promover e dinamizar a indústria do casamento em Angola, a revista Lux, em parceria com a Eventos Arena, tem agendada a segunda edição da feira ExpoNoivos, entre 5 e 7 de Maio, na Marginal de Luanda, e prevê reunir cerca de 100 expositores.

A exposição pretende reunir comerciantes e fornecedores de todos os serviços, ligados a casamentos.

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



DE JURE

DIPLOMA, APROVADO EM AGOSTO, ENTROU EM VIGOR EM FEVEREIRO

Lei contra crimes informáticos já em vigor

NOVA LEGISLAÇÃO. Diploma aplica-se ao ciberespaço nacional contra ataques, roubo e incidentes informáticos e incide sobre os factos cometidos, em território nacional, por angolanos, estrangeiros ou por pessoa colectiva com domicílio em Angola.

Por Isabel Dinis

A lei de protecção das redes e sistemas informáticos, que estabelece o regime jurídico sobre as medidas de protecção das redes e sistemas informáticos, já vigora desde o dia 16 de Fevereiro.

A nova lei, aprovada em Agosto do ano passado, visa responder “aos novos desafios da sociedade da informação, à protecção da utilização do espaço cibernético nacional contra os riscos a eles associados e

promover, deste modo, a inclusão digital”, explicam os legisladores.

O diploma aplica-se ao ciberespaço nacional contra ataques, roubo e incidentes informáticos e é aplicável aos factos cometidos, em território nacional, por cidadãos angolanos, estrangeiros ou por pessoa colectiva com domicílio em Angola, que visem o ciberespaço ou dados informáticos.

Em termos oficiais, não existem números recentes sobre crimes dessa natureza. Entretanto, desde 2014 que o Governo declara que os crimes informáticos ainda não são preocupantes, comparativamente a países da Europa, como a Inglaterra e a França, ou do continente americano, como os Estados Unidos e o Brasil.

Em 2015 e 2016, por altura da detenção e condenação do grupo de activistas conhecidos por ‘15 mais dois’, o grupo auto-denominado



‘Anonymous Portugal’ reivindicou dois ataques lançados a cerca de uma dezena de páginas de internet do Governo central, ministérios, governos provinciais e entidades públicas angolanas que ficaram inacessíveis por várias horas. O Governo, na altura dos ataques, não fez qualquer pronunciamento sobre o assunto.

Em Angola, entre os crimes informáticos mais comuns, desta-

cam-se os de clonagem de cartões Visa e Multicaixa, venda simulada de produtos via internet, transferências ilícitas via internet banking, difamação e calúnia.

Da lista de crimes da mesma natureza, contam-se ainda os furtos, a injúria, ameaças, violações de direitos autorais, a inserção de falsos dados no sistema informático, divulgação de segredos, incitamento à violência, entre outros.

Os crimes informáticos financeiros, nas instituições bancárias do país, estão descartados, segundo assegurou recentemente à Angop o director de tecnologia de informação do Banco Nacional de Angola (BNA,) Fernando Quiúma.

Segundo o responsável, os sistemas tecnológicos de informação, instalados nos bancos comerciais, permitem detectar qualquer acção que vise destabilizar o funcionamento dos mesmos.

TRIBUTAÇÃO DE MERCADORIAS

Aprovada nova declaração aduaneira

O Governo aprovou o novo formulário de Declaração Aduaneira para a tributação de mercadorias, designado por Documento Único (DU), bem como as respectivas notas explicativas que esclarecem o sentido e alcance de cada campo a preencher.

O DU é um documento de base, usado no controlo e gestão da exportação, trânsito e importação de mercadorias de e para Angola, permitindo a recolha de dados para a produção de estatísticas do comércio externo, cálculo, liquidação e, consequente-

mente, cobrança de direitos e demais imposições aduaneiras.

A informação consta de um documento do Ministério das Finanças a que o VALOR teve acesso. A prática comercial vigente, segundo o documento, requer que as administrações aduaneiras adoptem procedimentos que tornem possível a implementação de novos sistemas de informação e comunicação, com a finalidade de permitir uma fiscalização aduaneira “eficiente e eficaz e o melhoramento do intercâmbio electrónico de dados”.

O DU deve ser usado a nível nacional em todos os regimes e procedimentos aduaneiros. A sua implementação terá um período experimental a ser determinado pelo presidente do conselho de administração da Administração Geral Tributária (AGT), Sílvio Franco Burity.

Enquanto durar o período-piloto do documento, haverá coexistência de dois modelos de despacho aduaneiro, o antigo e o recém-aprovado, até à implementação efectiva do aprovado a nível do território nacional.

ANGOLA SENTE



O Registo Eleitoral é obrigatório



Eu cumprio o meu dever
de cidadão. E tu?

**Actualiza o teu registo
junto a uma Brigada
de Registo Eleitoral.**

**Leva contigo o teu
Cartão de Eleitor e o teu BI.**

**Se não tiveres BI, leva só
o teu Cartão de Eleitor.**

Gestão

ENZO FERRARI, EMPRESÁRIO, CRIADOR DA MÍTICA MARCA DE AUTOMÓVEIS

Uma vida à alta velocidade

AUTOMÓVEIS. Nem tudo correu 'sobre rodas' a Enzo Ferrari, o homem que criou a mítica marca italiana. Entre ameaças políticas, pressões empresariais e problemas pessoais e profissionais, o empreendedor italiano conseguiu construir uma marca que é hoje um símbolo de riqueza e de sucesso.

Por Emídio Fernando

Há momentos da infância que ficam marcados para toda a vida ou até podem ser decisivos no futuro. Que o diga Enzo Ferrari que ficou definitivamente marcado quando, aos 10 anos, viu, pela primeira vez, uma corrida de automóveis. Decorria o ano de 1908 e o filho de um engenheiro de estruturas apaixonou-se de tal forma pelos automóveis que estes viriam a ser decisivos no futuro.

Mais de um século depois, a Ferrari, como marca, continua a dominar sonhos de milionários e não só e continua a ser um símbolo de ostentação. Em 2015, empregava quase três mil pessoas em todo o mundo e apresentava lucros anuais de 340 milhões de dólares, graças a vendas que raramente sofrem com as crises económicas.

Mas nem tudo correu 'sobre rodas' com a fábrica, montada em 1939, em Itália, mesmo à beira da eclosão da II Guerra Mundial. A linha de montagem acabou por ser um ensaio e sete anos depois Enzo Ferrari só se limitava a patrocinar pilotos e carros de corrida. Já a Europa estava em paz e, em 1946, a Ferrari começa a construir os seus primeiros carros.

Nessa altura, já Enzo Ferrari contava com 48 anos e acumulava alguns fracassos no currículo. Tentou, como mecânico de automóveis, trabalhar na FIAT, a fábrica 'emblema' italiana, e foi rejeitado. Voltou-se para a Alfa Romeo, outra marca de Itália, mas só conseguiu ser... piloto. No entanto, abriu caminho para realizar o sonho de desenvolver os projectos de construção de carros de alta velocidade.

Dez anos depois da abertura da linha montagem, Enzo Ferrari sofre um novo revés, mas, desta vez, pessoal. Morre o filho mais velho vítima de uma distrofia muscular progres-



Enzo Ferrari criou o carro que se tornou a lenda do automobilismo mundial.

siva. Depois disso, o criador da Ferrari assumiu ter se transformado numa "pessoa amarga", deixou de frequentar os circuitos de Fórmula 1 e passou a usar óculos escuros que se tornaram num sinal icónico até à sua morte, aos 90 anos, em 1988.

Apesar dos revezes, a Ferrari viria a tornar-se uma lenda do automobilismo nos anos 1960. As vitórias sucessivas nas corridas de Fórmula

1,5

Milhões de dólares, valor a que foi vendido uma Ferrari F40.

1 foram decisivas para o sucesso, mas a 'publicidade' de Hollywood e o 'glamour' da alta sociedade europeia e norte-americana contribuíram para a imagem da marca, sobretudo quando transformou o Ferrari Testarossa vermelho no símbolo máximo de sucesso pessoal.

A Ferrari só constrói carros desportivos de alta velocidade. Para marcar a despedida do seu fundador, em

1987, produziu o F40, considerado, até essa altura, o carro mais rápido do mundo em estrada.

Mesmo com o sucesso, a Ferrari enfrentou duras lutas. Nos anos 1960, perdeu metade da sua quota de mercado e recusou uma oferta de compra feita pela Ford, acabando por vender, para resolver problemas financeiros, 15% à FIAT. Depois disso, a marca norte-americana criou o Ford GT 40 que quebrou a hegemonia da Ferrari nas competições automobilísticas, em especial, nas '24 horas de Le Mans'.

Anos antes, durante a guerra mundial, além de ter parado a construção, foi obrigada a retirar-se das corridas por decisão de Benito Mussolini. O ditador italiano, aliado de Adolf Hitler, quis transformar a marca num símbolo do fascismo italiano, como já o tinha feito com a Alfa Romeo. Enzo Ferrari recusou e teve de transformar a sua fábrica, numa mera fornecedora de pequenos componentes para aviões e tractores.

Já quase no final da vida, Enzo Ferrari, em 1987, acabou por vender o resto das quotas, ficando a FIAT com 90% da empresa.

Do lado contrário, o sucesso da Ferrari escreve-se com as vitórias na Fórmula 1. Até 1988, tinha sido 15 vezes campeã mundial. Entre 1999 a 2002, foi cinco campeã do mundo, em carros conduzidos pelo alemão Michael Schumacher.

Amante do desporto, Enzo Ferrari praticou equitação. Aliás, esse gosto por cavalos levou-o a criar, como símbolo do carro, a cabeça de um cavalo sobre um fundo amarelo, que representa a cor da cidade onde nasceu, Maranello, e onde continua sediada a Ferrari.

O gosto pelos desportos levou ainda Enzo Ferrari a fundar o 'Corriere dello Sport', um dos jornais desportivos de maior prestígio em Itália.

MEMORIZE

● **Os carros da Ferrari**, por norma, integram, todos os anos, as listas dos 10 carros mais caros do mundo. A marca está apostada em desenvolver as mais altas tecnologias, entre elas, integrando o sistema eléctrico, mas transformar os automóveis cada vez mais rápidos.

Ter um Ferrari em Angola é notícia e, há uns anos, causou grande sensação quando surgiu um Testarossa vermelho que foi logo associado a um familiar do Presidente da República.

Na Europa, por exemplo, um Ferrari desse modelo, considerado um 'superdesportivo' e construído desde 1957, pode custar um milhão de dólares. Há à venda modelos antigos, cujos preços variam entre os 100 mil e os meio milhão de dólares. Actualmente, um dos modelos mais caros é o Ferrari Enzo, criado em homenagem ao fundador da marca. O ano passado foi vendido um F40 por 1,5 milhões de dólares que pertenceu ao cantor Eric Clapton.

Encorajar a diversidade da África do Sul



Mohamed A. El-Erian

Depois de uma visita agradável à África do Sul - a primeiro neste belo país em 15 anos - saio com sentimentos mistos. O processo contínuo de desenvolvimento económico e político do país deixa os que vivem aqui, assim como observadores, esperançosos e preocupados com o futuro.

Há um quarto de século, a África do Sul embarcou na extraordinária transição de quase 50 anos de sufoco do 'apartheid', seguindo a visão de princípio de Nelson Mandela, de "perdoar, mas nunca esquecer". Quando foi dada finalmente a oportunidade à maioria negra de governar, o Congresso Nacional Africano (ANC) que, ao abster-se de confiscar e nacionalizar a propriedade privada detida pela minoria privilegiada, distinguiu o país de muitos outros, em África e noutros continentes, que emergiram de domínios coloniais repressivos.

Em vez disso, o governo, liderado por Mandela, reconheceu a diversidade do país como uma fonte potencial de unidade e bem-estar a longo prazo e optou por uma abordagem notavelmente inclusiva. Este modelo tem inspirado muitos governantes fora da África do Sul, não menos importante, em países ainda liderados por regimes autoritários que usam as táticas de medo para manter o controlo sobre o poder. A abordagem de Mandela mostrou que transições ordenadas e inclusivas são possíveis e que os defensores da liberdade, anteriormente suprimidos e aprisionados, podem transformar-se em governos legítimos e eficazes.

Mas os resultados da transição da África do Sul estão longe de serem perfeitos. Hoje, o crescimento é insuficientemente inclusivo e muito lento, com o PIB a subir muito pouco em relação ao ano passado. O país reflecte altos níveis de desigualdade de rendimentos; a taxa de desemprego, de 26,5%, é alarmantemente elevada e atinge sobretudo os jovens; muitas pessoas estão aprisionadas em ciclos desastrosos de pobreza.

A má governação, sem dúvida,

contribuiu para esta situação decepcionante, que fica aquém do que Mandela imaginou para o país que amava. Entre outras coisas, o governo administrou mal as finanças públicas e tropeçou na procura de um novo modelo de crescimento económico. Ao mesmo tempo, a queda dos preços das 'commodities', nos últimos anos, só aumentou os desafios económicos e monetários.

Com o país a comportar-se consideravelmente abaixo do seu potencial, os esforços de 'capacitação económica negra', que visam reduzir as desigualdades históricas, sofreram. Mas as deficiências do sector público, que se tornaram mais visíveis e mais bem compreendidas recentemente, não são a única razão para isso. Outro problema, menos visível, é que os próprios esforços das empresas privadas para garantir a diversidade não ganharam força suficiente.

As empresas sul-africanas não são as únicas a lutar nesta área. De facto, grande parte da comunidade empresarial, em todo o mundo, inclusive no Ocidente, ainda tenta descobrir como fazer para que os programas de inclusão e diversidade sejam bem-sucedidos, inclusive no nivelamento do 'campo de jogo' que continua inclinado contra as mulheres.

A pesquisa mostrou que a inclusão é boa para os negócios. Como resultado, muitas empresas ocidentais reconhecem que introduzir mais diversidade no processo de tomada de decisão aumenta a resiliência e agilidade. Mas ainda lutam para superar pontos cegos e preconceitos, tanto conscientes como inconscientes, decorrentes de obstáculos estruturais e comportamentais que as mulheres enfrentam, especialmente quando tentam obter cargos elevados para os quais estão amplamente qualificadas.

Como Mahzarin Banaji, da Universidade de Harvard, por exemplo, demonstrou, as empresas são vítimas de "pontos cegos e preconceitos inconscientes" por uma variedade de razões. Estas incluem a maneira pela qual os nossos cérebros evoluíram, exposições e experiências infantis,

interacções históricas e atalhos heurísticos que usamos inconscientemente para interpretar informações e enquadrar questões. Combater esses factores exige que as empresas descubram como sustentar os estados de consciencialização e entendimento que fomentam esses preconceitos.

As empresas sul-africanas, particularmente no sector financeiro, precisam de implementar 'inputs' comportamentais e modificar as estruturas corporativas para incentivar comportamentos mais inclusivos e baseados no mérito. CEO e equipas de alta gestão devem defender, junto dos colegas de negócios, a diversidade e fazer um esforço muito mais forte para identificar, treinar e orientar indivíduos talentosos de todas as raças. Especificamente, devem expandir os programas de formação e profissionalizantes, individuais e colectivos, modernizar os métodos de avaliação de desempenho e intensificar os esforços para incluir pesquisas recentes sobre os benefícios da diversidade nas comunicações internas e externas.

Devemos todos estar prevenidos contra o risco de influências ultrapassadas que afectam os nossos comportamentos e decisões. Como argumentei no livro 'The Only Game in Town', "nenhuma empresa e certamente nenhum país será capaz de colher o seu potencial realizável se não abraçar e capacitar o talento humano, independentemente de género, raça, cultura, orientação sexual e perspectivas".

A África do Sul precisará de muito mais do que uma governação económica melhorada se quiser superar os desafios e libertar todo o seu potencial numa economia global cada vez mais incerta. Em vez de esperar que os políticos o façam, as empresas devem aprofundar o seu envolvimento com segmentos cada vez mais amplos da população. Isso poderá melhorar a produtividade, a competitividade e os resultados comerciais. Ajudaria também a reduzir a violência que acompanha a marginalização, a desesperança e a alienação.

Conselheiro económico da Allianz, ex-presidente do Conselho de Desenvolvimento Global do presidente Barack Obama.

Muitas empresas ocidentais reconhecem que introduzir mais diversidade no processo de tomada de decisão aumenta a resiliência e agilidade. Mas ainda lutam para superar pontos cegos e preconceitos, tanto conscientes como inconscientes, decorrentes de obstáculos estruturais e comportamentais que as mulheres enfrentam.

Internacional



A notícia foi inicialmente revelada pelo jornal 'Público' e está a agitar a política portuguesa.

CERCA DE 10 MIL MILHÕES DESAPARECIDOS

'Offshores' agitam Portugal

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) portuguesa deixou sair cerca de dez mil milhões de euros em transferências para paraísos fiscais ('offshores') sem qualquer escrutínio, entre 2011 e 2014. A notícia, inicialmente revelada pelo jornal 'Público', está a agitar a política portuguesa, obrigando os secretários de Estado dos Assuntos Fiscais a dar explicações no parlamento, o que vai acontecer já esta quarta-feira. O enorme fluxo financeiro vai ser investigado pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), por ordem expressa do Ministério das Finanças.

As transferências nunca foram verificadas pelas IGF, apesar de

terem sido comunicadas à administração fiscal pelos bancos, como a lei portuguesa obriga.

Os bancos são obrigados a identificar e a reportar as transferências de dinheiro feitas a partir de Portugal para contas sediadas em 'offshores'. Depois, a AT tem de escrutinar os movimentos, perante a possibilidade de serem detectados eventuais indícios de branqueamento

7

mil e 162 milhões de euros, valor que se estima ter saído de Portugal para paraíso fiscal entre 2011 e 2014.

de capitais ou fuga aos impostos. O Ministério das Finanças esclareceu que houve "20 declarações apresentadas por instituições financeiras que não foram objecto de qualquer tratamento pela AT".

Em 2010, o governo português ordenou que as estatísticas sobre os fundos transferidos de Portugal para paraísos fiscais fossem publicadas no portal do Ministério das Finanças. No entanto, os dados deixaram de ser publicados a partir de 2011. Quando foram finalmente divulgados, estimava-se que tivessem saído de Portugal cerca de 7.162 milhões de euros para paraísos fiscais nesse período (2011-2014). Mas, no cruzamento de dados feito pela investigação do jornal, esse valor ascende aos 16.964 milhões de euros. Ou seja, há uma diferença superior a 9.800 milhões por explicar.

POR "MANIPULAÇÃO CAMBIAL"

Trump 'ataca' a China

Depois de ter abrandado com as críticas à China, Donald Trump voltou a 'atacar' Pequim, acusando os chineses de serem os "grandes campeões" da manipulação cambial ao "desvalorizarem propositalmente o valor da sua moeda para aumentar as exportações e prejudicar os fabricantes nos EUA".

As declarações do Presidente norte-americano foram dadas à Reuters, horas depois de o novo secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, ter dito precisamente o contrário, afirmando que a Casa Branca "não tem planos para rotular a China de manipulador

de moeda, pelo menos, para já".

Por outro lado, Donald Trump insiste, como tinha dito em campanha eleitoral, que a China manipula o yuan. As declarações não deixaram de causar surpresas. Há duas semanas, o presidente do EUA teve uma conversa telefónica com o homólogo, Xi Jinping. Depois de meses de turbulência, as relações até pareciam apaziguadas, recordam os jornais norte-americanos.

Na entrevista à Reuters, Trump voltou também a atacar a China por causa da Coreia do Norte, manifestando-se preocupado com os testes de mísseis balísticos que Pyongyang tem realizado.

Economistas dentro e fora da China, citados pelo jornal britânico Guardian, rejeitam as alegações de Trump.



Donald Trump, presidente dos EUA, insiste que a China manipula o yuan.

MAIS NEGROS DO QUE BRANCOS

22% de desempregados

0

Brasil terminou 2016 com 24,3 milhões de desempregados, o que representa 22,2% da população

activa, de acordo com um estudo divulgado pelo governo. Para esta taxa, contribuiu a evolução nega-

tiva do último trimestre, no qual a taxa de subutilização da força de trabalho saltou de 18,5 milhões (equivalente a 17,3% da população) nos últimos três meses de 2015 para 24,3 milhões, correspondentes a 22,2%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

Dos 12,3 milhões de desempregados, 35,6% eram de raça branca e 63,7% eram de raça negra ou mulata.

Face ao terceiro trimestre do ano passado, os últimos três meses registaram um acréscimo de um ponto percentual e atingiram o maior valor desde o início da recolha de dados, em 2012.

Os números incluem não só os desempregados, mas também os brasileiros em situação de subemprego, caracterizados por trabalharem menos que as 40 horas semanais regulamentares.

Nesta situação, estão 12,1 milhões dos 24,3 milhões que representam o total dos desempregados ou em subemprego, segundo os dados do Instituto.



Os números incluem os desempregados e os brasileiros em situação de subemprego.

MARINE LE PEN recusa-se a prestar declarações à polícia antes das eleições legislativas. A líder da Frente Nacional foi convocada para testemunhar no caso de uso indevido de fundos europeus.



OS RESULTADOS líquidos do grupo IAG, da British Airways e da Iberia, aumentaram 31% no ano passado, para os 2.362 milhões de euros, num ano marcado pela saída do Reino Unido da União Europeia.



EM FUGA DA VENEZUELA

Brasil acolhe migrantes

O Brasil decidiu autorizar a residência temporária de milhares de venezuelanos que entrem no território nacional, escapando da crise político-económica que afecta a Venezuela.

O visto de residência, autorizado pelo Conselho Nacional de Imigração (CNI), entrou em vigor na semana passada, segundo um comunicado divulgado pelo Ministério Público Federal (MPF) do Brasil.

Milhares de pessoas têm abandonado a Venezuela, procurando abrigo em países vizinhos, por causa da forte crise que o país atravessa, mesmo com a promessa de aumento de 50% dos salários, feita

pelo presidente Nicolas Maduro.

A queda do preço do petróleo, principal produto venezuelano, afectou toda a economia, obrigando o governo a tomar medidas drásticas como o racionamento de bens alimentares.

Segundo o MPF, vários organismos brasileiros estão envolvidos na busca de “soluções jurídicas e sociais” para a situação de “milhares de venezuelanos” que “teriam cruzado a fronteira e que muitos estariam a ser deportados ou a viver em condições precárias - incluindo indígenas, mulheres e crianças”.

Entre os dias 8 e 10 de Março, representantes de organizações públicas, organismos internacionais e sociedade civil vão em missão no estado conhecer melhor a situação.



O visto de residência está em vigor desde a semana passada.



PLANIFICAÇÃO

China em mudanças

A China substituiu o ministro do Comércio e o director do organismo máximo encarregado da planificação económica, numa remodelação feita nas vésperas da sessão anual da Assembleia Nacional Popular. Zhong Shan, especialista em assuntos comerciais, assume o Ministério do Comércio. A Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento fica a cargo de He Lifeng.

Ambos os responsáveis, que trabalharam com o presidente chinês, Xi Jinping, vão desempenhar papéis cruciais na liderança da segunda maior economia do mundo, num período em que Pequim lida com um abrandamento no ritmo de crescimento económico.



Os incidentes não fizeram vítimas, mas obrigaram o reforço da segurança.

CONTRA IMIGRANTES

Polícia trava manifestantes

A polícia sul-africana disparou balas de borracha e granadas de gás lacrimogéneo para dispersar confrontos entre manifestantes e migrantes numa marcha anti-imigração em Pretória, na sexta-feira.

Cerca de 500 pessoas aderiram à marcha anti-imigração, alguns empunhando paus, depois de o presidente condenar a violência xenófoba das últimas semanas.

Jacob Zuma condenou a violência e intimidação contra estrangeiros e apelou à calma durante a manifestação contra

migrantes provenientes de países como a Nigéria, Zimbabué, Somália ou Paquistão.

Ao longo das últimas semanas, em Pretória e Joanesburgo, vários edifícios habitados ou explorados por imigrantes foram atacados e vandalizados por populares sob acusação de serem utilizados para fins ilícitos como prostituição e tráfico de drogas.

Os incidentes não fizeram vítimas, mas obrigaram a polícia a reforçar a segurança, tendo-se registado inúmeras detenções.

Os ataques contra imigrantes na África do Sul são recorrentes. O país acolhe um grande número de estrangeiros, num contexto social marcado pelo desemprego - superior a 25% - e pela criminalidade violenta.

DEFENDE RESPONSÁVEL DA CPLP:

“Fim da dupla tributação”

A secretária-executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, defendeu a criação de “um acordo de protecção jurídica para as empresas, um mecanismo que evite a dupla tributação e a regulação de litígios atra-

vés da criação de um mecanismo próprio para este fim”, dentro do espaço lusófono.

Aquela responsável interveio durante a conferência internacional ‘A CPLP: Novos Desafios e Oportunidades’, na Universidade Lusíada, em Lisboa. “É preciso evoluir. É necessário que os Estados-membros da CPLP criem condições para que os empresários do bloco consigam

realizar os seus negócios”, declarou a secretária-executiva.

“Um dos maiores desafios da CPLP futuramente será aprofundar a cooperação económica do bloco, uma vez que é necessário cumprir vários requisitos para alcançar esse objectivo”, defendeu a secretária-executiva do bloco lusófono, Maria do Carmo Silveira. “Se quisermos aprofundar a cooperação, ter uma maior integração política e económica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é preciso vencer obstáculos e cumprir determinados requisitos”, afirmou a secre-



tária-executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira.

A secretária-executiva sublinhou ainda que é preciso “uma maior formação da mão-de-obra e uma maior mobilidade, nomeadamente para os empresários e empresas”, dentro do espaço lusófono para incrementar a cooperação no campo económico.

“É muito ambicioso falarmos, agora, de um mercado comum da CPLP (como existe na União Europeia)”, afirmou Maria do Carmo Silveira, referindo que há muitas etapas por vencer até chegar a este patamar, referindo que é um cenário muito distante.

Ambiente



Em Angola, ainda não se registam oficialmente queixas desta natureza.

CONTINENTE AFRICANO TEM SIDO MUITO ATINGIDO

Praias africanas estão a ficar sem areia

DESERTIFICAÇÃO. Dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), dão conta de que, anualmente, são extraídas cerca de 40 mil milhões de toneladas de areia no mundo para construir estradas, edifícios, telefones e ‘microchips’. Vários países africanos lançam agora o alerta, porque estão a ficar sem areia e correm sérios riscos também económicos.

Muitos Estados africanos estão preocupados com a diminuição de areia nas praias. Numa entrevista à rádio Voz da Alemanha, o ministro das Matérias-primas de Zanzibar, um Estado semi-autónomo da Tanzânia, Hamad Rashid Mohammed, lançou o alerta de que “Zanzibar está a ficar sem areia” e que corre riscos, já que o país é dependente economicamente de turistas que procuram as suas famosas praias.

O motivo para este prognóstico sombrio é a extracção desenfreada de areia para projectos de construção civil. Em Angola, que é um ‘canteiro de obras’, ainda não se registam oficialmente queixas desta natureza, mas estatísticas oficiais, por exemplo, no Zanzi-

bar, mostram que, no período de apenas dez anos, entre 2005 e 2015, foram extraídas quase três milhões de toneladas de areia nas duas ilhas desse território. “Estamos a falar apenas da extracção licenciada. A extracção ilegal pode facilmente atingir o dobro”, refere o ministro Mohammed.

Segundo estimativas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), anualmente, são extraídas 40 mil milhões de toneladas de areia em todo o mundo. A areia é uma matéria-prima indispensável para muitos apetrechos da vida moderna, como telefones móveis e ‘microchips’. É ainda fundamental para a construção de habitações e estradas. A indústria do cimento precisa de 30 milhões de toneladas todos os anos. Mas, tal como o carvão, o gás natural e o petróleo, a areia não é um recurso renovável e não se regenera com a

mesma velocidade a que é extraída.

Cabo Verde já reagiu: este mês, o governo do arquipélago decretou a suspensão imediata da extracção de areias, até que sejam implemen-

2000

Milhões de metros cúbicos de areia foram usados para criar uma ilha artificial no Dubai.

30

Milhões de toneladas de areia são usadas em África, todos os anos, na construção civil.

tadas medidas que reforcem a fiscalização, o controlo e a promoção de soluções alternativas, não poderá ser extraída mais areia das praias cabo-verdianas.

No entanto, num país onde a taxa de desemprego é muito elevada, a tentação de ganhar algum dinheiro rapidamente, mesmo que de forma ilegal, é grande. O roubo de areia é frequente. As consequências são devastadoras. Há praias feitas apenas de pedregulhos e lixo. A areia inexistente deixou de travar a maré alta. A água salgada entra pela terra dentro e destrói colheitas, plantas e habitações.

Em 2002, o governo cabo-verdiano proibiu a extracção de areia na Pedra Badejo, na ilha de Santiago. Aqui, a areia negra é protegida pelo exército. Mas, empurrados pela pobreza, os habitantes partem para o mar alto com baldes para extrair a preciosa matéria-prima.

A extracção também é ilegal no Gana, mas a subida das temperaturas levou os peixes a migrar para outras águas e a erosão da costa elimina cada vez mais solo arável. Muita gente já não consegue viver da pesca e da agricultura. Por isso, extraem areia, agravando o problema.

A extracção clandestina no Quênia já chegou aos rios de Masaani, Kiungwani, Mbitini e KwaNditi. Mas a exploração deste recurso acaba por destruir a base para a sobrevivência local. A falta de areia faz secar os rios, retirando a água aos habitantes e ao gado.

As ilhas artificiais no Dubai foram construídas com areia africana. O aterro para construir a ilha artificial ‘The Palm Jumeirah’ necessitou de 200 milhões de metros cúbicos de areia e pedra. Uma parte da areia usada na ampliação do território nacional veio das praias de África.

Educação & Tecnologia

NA HISTÓRIA DA TECNOLOGIA

As cinco mulheres mais importantes

TELECOMUNICAÇÕES. Muitas mulheres lutaram duramente para se suplantarem e continuarem no ramo da tecnologia, mas, de acordo com o portal de tecnologias, Tecmundo, destacam-se cinco nomes que têm assinatura no mundo dos computadores, 'smartphones' e de inovações, além de citar algumas menções honrosas.



CONDESSA DE LOVELACE

Mais conhecida por Augusta Ada King, criou aquele que é considerado o primeiro algoritmo da história da computação em 1843. Ada King da traduzia textos de matemático Luigi Menabrea, e o trabalho era ligado à metodologia de cálculo de uma das sequências de números racionais de Bernoulli.

O trabalho de Lovelace só foi provado como correcto muitos anos após o seu falecimento, porque não havia o tipo de máquina necessária para realizar a prova em 1843. A Sociedade Britânica de Computação homenageia-a com um prémio para avanços em sistemas de informação.



CAROL SHAW

É sempre lembrada como a primeira mulher a trabalhar numa companhia de 'video game' (Atari). Pouco tempo depois de entrar na empresa, foi contratada pela Activision, onde participou do desenvolvimento de 'River Raid' e teve a chance de criar o primeiro sistema de geração procedural de conteúdos. Ou seja, tornar realidade as fases de River Raid, em que uma nunca era igual à outra. Também trabalhou em títulos como '3D Tic Tac Toe', 'Super Breakout' e 'Happy Trails'.



FRANCES ALLEN

Foi a primeira mulher a ganhar o famoso 'Turing Award'. Trabalhou 45 anos na IBM e ajudou na transposição de computadores 'gigantes' para os domésticos. Ainda criou alguns dos primeiros sistemas de segurança da NSA, a agência de segurança "mais secreta" dos EUA.



GRACE HOPPER

Tem várias marcas interessantes na história da tecnologia: primeira mulher a formar-se na Universidade de Yale (EUA) com PhD em Matemática, primeira-almirante norte-americana, uma das criadoras da linguagem COBOL e que se supõe que inventou o termo 'bug' para problemas de 'software'. Resolveu um problema de processamento ao encontrar e remover uma mariposa ('bug' inseto, em inglês) do computador.

Hopper também é lembrada por alguns movimentos que lutam pela igualdade para as mulheres.



MARY KENNETH KELLER

A freira Mary Kenneth Keller, formada na Universidade de Washington, nos EUA, é considerada a primeira mulher a conseguir um doutorado em Ciências da Computação. Keller trabalhou na indústria da informática — na época, oficinas — a partir de 1958. Acredita-se que teve um papel fundamental na criação da linguagem de programação BASIC, que foi utilizada por décadas para fins didácticos. Além disso, fundou um departamento de Ciências da Computação na Universidade de Clarke, também nos EUA, e onde esteve até 1985, quando faleceu. Mary Kenneth Keller tem quatro livros, referências na área de computação e programação.

NOVO INSTITUTO SUPERIOR

ISAF com 'luz verde' para começar

O Instituto Superior de Administração e Finanças (ISAF), promovido pelo Banco Angolano de Investimento (BAI), está oficialmente autorizado a operar no país,

depois de ter sido aprovado em Conselho de Ministros, na semana passada.

As inscrições já estão abertas e as aulas arrancam em Março. A instituição do ensino superior vai funcionar no edifício da Academia BAI, Av. Comt. Van Dunem Loy, Morro Bento, em Luanda, e vai ministrar cursos das áreas

da banca, seguros, contabilidade e administração, com metodologia orientada para o mercado de trabalho, segundo garante a instituição, em nota enviada à redacção do VALOR

O ISAF conta com 18 salas de aulas com capacidade para 40 alunos cada nos períodos da manhã, tarde e pós-laboral.



O ISAF vai funcionar no edifício da Academia BAI, Av. Comt. Van Dunem Loy, Morro Bento, em Luanda.

Marcas & Estilos

Perfeita harmonia

A Air Wildood é uma cama que combina a transparência do vidro com o calor da madeira, criando uma perfeita harmonia. A leveza que estabelece e o contraste de uma cabeceira de carvalho vívido torna-a versátil em cada quarto. Além disso, a cabeceira pode ser embelezada com couro revestido de metal.

Sensibilidades modernas

O revestimento do desporto da Hampton, requintado, foi projectado para o homem de sensibilidades modernas e clássicas. Versátil e elegante, este casaco acomoda a mais ampla gama de tipos de corpo.

Azul de sombra

A carteira Hermes Super Rare é a mais cobiciada entre os colecionadores, como é o caso deste Birkin, azul, cor universal idêntica a um par de jeans para qualquer temporada. Esta pasta vem com fecho, chaves, colchete e um protector de chuva.

Combinação lapidada

Este colar pequeno e chique da Luca Jouel Pear é ajustado com um bonito de um protótipo que elevou o mais distinto e lapidado diamante de carvão vegetal. Uma de acabamento polaca e acabamento foi aplicada ao ajuste do cliente.

Detalhes

O Oslo é um altifalante Bluetooth perfeitamente preparado, que comporta uma poderosa bateria com magníficas qualidades sonoras, sem vanglória, nem falácias. Simplesmente feito para ser notado. A sua primeira vez com Oslo tocará os seus olhos e abrirá os seus sentidos.

Clássicos e tradicionais

Uma nova rodada num sapato icónico, o Fleetwood Wingtip é requintadamente trabalhada em veludo luxuoso e feito com exclusividade quer para areia, quer para solos mais exigentes. Produzido à mão para uma aparência autenticamente desconstruída e ricamente saturada, a silhueta moderna caracteriza os detalhes mais clássicos e tradicionais.

TURISMO

Paraíso de Bali

Paraíso, paraíso na terra é... em Bali. Ainda por cima, quando se aproxima Abril, o mês ideal para sentir as areias brancas e o mar de um profundo azul. Dá tempo, portanto, para preparar com a vantagem de os angolanos não precisarem de visto e dispensarem essas preocupações burocráticas. É um bom destino para quem, por exemplo, sonha com uma lua-de-mel única. O resto é mesmo sentir as praias, os excelentes hotéis e restaurantes, a gastronomia asiática com sabores da Tailândia. A ilha tem a vantagem de oferecer preços muito convidativos. Há 25 lugares imperdíveis de se ver, mas quem quiser apenas descansar basta ir ao ritmo das ondas.



AUTOMÓVEL

Para todos os terrenos

Quando um modelo de um automóvel é lançado é sempre um acontecimento. No caso da Mercedes, ganha uma outra dimensão. Então, se for um tipo todo-o-terreno, o caso muda de figura. É o que está a acontecer com o Mercedes-Maybach G650 Landulet, que causa furor, à espera do lançamento oficial no Salão de Genebra, em Março. A grande novidade é a carroçaria em lona, na segunda

metade do tejadilho. Um carro pensado no calor africano, mas com a particularidade de, na parte de trás, fornecer mesas de trabalho, adaptados para computador, com um ecrã de 10 polegadas no banco traseiro. Ainda tem suportes para copos térmicos. Uns mimos que marcam a diferença, desde modelo que ainda não tem preço e cujo motor é um V12 biturbo de seis litros.



AGENDA

LUANDA

27 DE FEVEREIRO

'Carnaval de praia by Tigra', no Miami Beach, com os DJ Elly Ramos, Leo e Cláudio do Pânico. Às 22 horas.

DE 1 A 3 DE MARÇO

'Um jantar de idiotas', com Raul do Rosário e Edusa Chindeccasse, na Casa das Artes. A peça é do dramaturgo francês Francis Veber, com adaptação, direcção e encenação de Maria João Gangá. Às 20 horas

DE 2 A 8 DE MARÇO

O grupo teatral 'Amor à arte' apresenta a 1.ª Edição do Festeatro Mulher, na LAASP (ex-Liga Africana) com participações de vários grupos de teatro.

3 DE MARÇO

Lançamento do livro 'Autores e Escritores de Angola 1642-2015' de Tomás Lima Coelho, na União dos Escritores Angolanos, em Luanda. Às 18 horas.

5 DE MARÇO

Concerto de vozes femininas gospel com Irmã Sofia, Glória, Joly, Beth Mambo, Lurdes e Chilo. No Link Space do Kilamba. Às 16 horas. Bilhetes a 2.000 kwanzas.

“Aqui é mais por amor à camisola, até porque os artistas estão parados, por isso quando aparecem oportunidades temos de as aceitar para manter a actividade.”

CARLOS ALVES, ARTISTA PLÁSTICO, CARTOONISTA E ACTOR

“Artes plásticas deram-me tudo”



Sanjiv Sammesra © VE

ENTREVISTA. Enquanto pintava um muro, Carlos Alves revelava como já ganhou mais dinheiro com as artes plásticas do que com as cénicas. Este ano, está empenhado em dar aulas de desenho e pintura, em casa, onde terá uma galeria, ao mesmo tempo que grava um novo filme.

Por Pihia Rodrigues

Das artes plásticas e cénicas, em qual se sente mais confortável?

Gosto das duas, embora gostasse de dedicar muito mais tempo às artes cénicas, só que, no nosso país, é complicado.

Em qual delas se ganha mais dinheiro?

As artes plásticas é que me deram tudo até hoje. Construí duas casas e ainda tenho espaço, um restaurante, um salão de beleza, a minha viatura, tudo fruto dos meus desenhos, cujo ponto de partida foi no Namibe, onde decorei uma creche de raiz, sozinho. Pagaram-me muito bem, 11 mil dólares.

É o trabalho que lhe deu mais dinheiro até aqui?

Foi um trabalho para a Chevron, foram oito murais, numa escola. Pagaram-me 45 mil dólares, dos quais comprei o carro e construí a segunda casa.

E o que ganha por mês?

É assim, além de ela (artes plásticas) ser generosa, não aparecem sempre trabalhos. Muitas vezes, quando vem, se tiver sorte, paga uma quantia para aguentar uns mesitos, e agora com o restaurante tenho sempre algum rendimento.

Quais as entidades que mais lhe solicitam para desenhos?

Creches, hospitais, ultimamente recebo muitos pedidos para desenhar em paredes de quartos de casas, fazer rosto, rosas, dois olhos na parede junto da cama. Faço muitos desenhos com base em ‘desenhos animados’.

Que projectos tem para este ano?

Vou começar a dar aulas de desenho e pintura, em casa.

Como é que entra para as artes cénicas?

Por curiosidade. Por ter visto na televisão um amigo (Jone), que vivia no mesmo bairro (Mártires) a participar nas mini-séries da TPA, na última é onde entro.

Em que ano?

Nos anos 1980. Foi a minha primeira participação, numa pequena história de 12 capítulos, em que fui protagonista. Bebi muito dele (do amigo). Aquela coragem, garra partiu mesmo dele. Mas actualmente tenho gravado mais em filmes do que novelas.

Participou nos filmes ‘Assaltos em Luanda2’, ‘A guerra do kuduro’, ‘Crimes do dia-a-dia’. Já não grava mais?

Estou a gravar um novo filme (realizado por Henrique Narciso Dito). A história baseia-se em mais velhos que conquistam meninas pela internet. Foi feita para alertar para o perigo da internet.

Nas artes cénicas, qual foi o contrato que mais lhe rendeu?

Que deu um bocadito foi (a teleno-

PERFIL

Carlos Manuel da Cruz Alves nasceu em Luanda a 13 de Junho de 1965. É actor, cartoonista e artista plástico. Nesta última, representou Angola em exposições internacionais, como no Festival Internacional de Humor de Oeiras, em Portugal, na Bulgária ganhou o 3.º prémio, onde publicou pela primeira vez em 1986 uma banda desenhada intitulada ‘A hora da justiça’. Além do Jornal de Angola, fez ‘cartoons’ para diversas companhias publicitárias, incluindo a seguradora ENSA, onde ficou por 30 anos. Considera-se um humorista “satírico com uma visão amarga, mas lúcida do dia-a-dia angolano”.

As artes plásticas é que me deram tudo até hoje. Construí duas casas e ainda tenho espaço, um restaurante, um salão de beleza, a minha viatura, tudo fruto dos meus desenhos, cujo ponto de partida foi no Namibe, onde decorei uma creche de raiz, sozinho.

vela) ‘Doce Pitanga’. Foi modesto.

Quanto deram na altura?

Deu para comprar uma máquina de lavar e um televisor... (risos), daí não passou.

Entre o cinema, televisão e o teatro, qual é o contrato mais aliciante? (silêncio) Ainda não tive a sorte de ter grandes contratos nessas áreas. Mas a televisão deu mais.

Variam de quanto a quanto?

Posso falar melhor dos filmes (pelas recentes participações). Recebi 1.500 dólares por cada um. Pelo novo filme ainda não recebi. Aqui é mais por amor à camisola, até porque os artistas estão parados, por isso quando aparecem essas oportunidades temos de as aceitar para manter a actividade.

Por qual motivo saiu do Jornal de Angola?

Sinceramente, até hoje não consegui perceber. Dizem que houve um ‘cartoon’ que criou certa polémica na época, por essa razão cortaram os ‘cartoons’. No início de 2000, não sei precisar a data, fui entregar o trabalho, disseram-me simplesmente que já não estavam a publicar mais ‘cartoons’ no JA!

Na altura estava sozinho ou havia mais cartoonistas?

Estava eu e mais dois. Mas pronto, agora há a necessidade de recomeçarmos a produzir para não perdermos a prática e a vontade.

Para quem trabalha?

Estava na ENSA, onde fiquei 30 anos a fazer ‘cartoons’. Criei explicações sobre seguros em banda desenhada, como a famosa mascote do risco que está sempre à espreita, as histórias do Man Gugas. Mas já não estou na ENSA por causa da mudança que houve (redução do pessoal), embora quisessem tanto que voltasse a produzir, mas as publicações já não têm muitas saídas.

Como é que está o cartoon em Angola?

Está vivo, tenho muito orgulho e muito gosto em dizê-lo, temos a sorte de ter dois irmãos, Lindomar e Olímpio de Sousa, que fizeram com que o ‘cartoon’ não morresse. Por isso, assistimos todos os anos a festivais de banda desenhada, passei a participar desde a 10.ª edição e isso facilita que estejamos cada vez mais activos. Vai bem, apesar de faltar apoio, as pessoas não têm noção do quanto isso vale. As artes em qualquer país são uma fonte de informação.

NÚMEROS DA SEMANA

9,5

milhões de euros, valor que o Estado vai gastar para as empreitadas públicas que integram o Programa de Obras e Intervenções Viárias dos Acessos ao Novo Aeroporto.

7

mil é a quantidade de frangos que a fazenda Pérola do Kikuxi prevê produzir, este ano, segundo a administradora da empresa, Elizabeth Santos.

358

milhões de euros é o valor que o Estado vai pagar pelo resgate da Sociedade Baía de Luanda, responsável pela reabilitação e gestão da marginal de Luanda.

50

é o número de fazendas de café, no Kwanza-sul, que vão ser reabilitadas pela empresa privada Mafcom, no âmbito do relançamento da produção cafeeira.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Angola 2025 ‘alargada’ até 2050



A estratégia de desenvolvimento de longo prazo ‘Angola 2025’ do Governo, apresentada em 2012, deverá ser revista e alargada para 2050, segundo um decreto presidencial de 14 de Fevereiro.

O Presidente da República (PR), José Eduardo dos Santos, criou uma comissão multisectorial, coordenada pelo ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, para tratar da revisão e extensão da visão para 2050. Esta deci-

são presidencial acontece numa altura em que ainda faltam cerca de 10 anos para 2025, prazo final da actual ‘estratégia’.

O coordenador da comissão, de acordo com o decreto presidencial que vimos citando, deve apresentar ao Presidente Eduardo dos Santos um cronograma das acções a desenvolver num prazo de um mês a contar da data da publicação (data limite 14 de Março). A comissão, que deverá apresen-

tar relatórios trimestrais sobre a evolução dos trabalhos, está ainda autorizada a contratar assessoria técnica especializada de técnicos nacionais e estrangeiros.

O relatório final deverá ser entregue ao PR no prazo de dois anos. Além do ministro-coordenador, mais 16 ministros fazem parte da comissão, como os da Administração do Território, Finanças, Indústria, Comércio, Economia, Urbanismo e Habitação.

Os ministros da Geologia e Minas, Transportes, Ambiente, Saúde, Educação, Agricultura, Pescas, Cultura, Energia e Águas e o da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social integram também o grupo de trabalho. O governador do Banco Nacional de Angola e o secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República também fazem parte da comissão.

António Miguel



FUNÇÃO PÚBLICA

Salários ajustados no 2.º trimestre

O ajustamento salarial acontece no segundo trimestre de 2017, obedecendo ao princípio da diferenciação positiva em todas as categorias da função pública, segundo o director nacional das condições e rendimento do trabalho do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), Luís Machado.

O responsável afirmou que o processo de ajustamento salarial, para a função pública, está concluído, sem, contudo, avançar mais dados relativos à percentagem a ser aplicada. “O trabalho está concluído e será levado para a aprovação do Conselho de Ministros para a sua aplicação”, acrescentou.

Luís Machado explicou que os salários baixos terão uma proporção de ajustamento superior aos salários altos. “O empregado de limpeza, uma das categorias mais baixas da função pública, terá uma percentagem de ajustamento maior em relação a técnicos superiores”.

ACUSAÇÕES A MANUEL VICENTE EM PORTUGAL

Angola ameaça relações

O Ministério das Relações Exteriores de Angola sublinha, em comunicado divulgado na passada sexta-feira, que as autoridades do país viram “com bastante preocupação, através dos órgãos de comunicação social portugueses”, a acusação “por supostos factos criminais imputados ao senhor engenheiro Manuel Vicente”.

No entender do Governo, a forma como a notícia chegou aos meios de comunicação social traduz mesmo “um sério ataque à República de Angola, susceptível de perturbar as relações existentes entre os dois Estados”.

“Não deixa de ser evidente que,



sempre que estas relações estabilizam e alcançam novos patamares, se criem pseudo-factos prejudiciais aos verdadeiros interesses dos dois países, atingindo a soberania de Angola ou altas entidades do país por calúnia ou difamação”, afirma-se na nota.

Segundo ainda o comunicado,

Angola entende que os dois países deveriam focar-se “nas relações mutuamente vantajosas, criando sinergias e premissas para o aprofundamento da cooperação económica, cultural, política, diplomática e social, como meio de satisfação dos interesses fundamentais dos seus povos”.

Entretanto, segundo a Lusa, o primeiro-ministro português, António Costa, manifestou, na passada sexta-feira, a vontade de prosseguir a “cooperação política e económica” com Angola, garantindo que a acusação da Justiça portuguesa ao vice-Presidente angolano não afectará a sua amizade para com aquele país.

O VALOR ESTA SEMANA

COMÉRCIO

APIEX tem novo PCA

O ministro do Comércio, Fiel Constantino, nomeou, na passada sexta-feira, o académico Belarmino Gomes da Rocha Van-Dúnem para, em comissão de serviço, exercer o cargo de presidente do conselho de administração da Agência para a Promoção do Investimento e Exportação de Angola (APIEX). Pág. 14



FALTAM SUCATAS

Siderurgias ‘a meio gás’

A escassez de sucatas, no mercado interno, está a condicionar o normal funcionamento da indústria siderúrgica, que já conta actualmente com cinco unidades fabris. Os 75 milhões de dólares gastos anualmente pelo Estado, para a importação de matérias-primas, continuam insuficientes para cobrir as necessidades do sector. Pág. 12

CRIMES INFORMÁTICOS

Lei já em vigor

A lei de protecção das redes e sistemas informáticos, que estabelece o regime jurídico sobre as medidas de protecção das redes e sistemas informáticos, já vigora desde o passado dia 16 do corrente mês. Aprovada em Agosto do ano passado, a nova lei visa responder “aos novos desafios da sociedade da informação. Pág. 22